



**ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNADORIA
COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CCL**

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP

PREGÃO Nº 115/2017 – POE/MA

PROCESSO nº 0194691/2017 – CCL

EDITAL

O **PREGOEIRO OFICIAL DO ESTADO DO MARANHÃO**, designado por Ato Governamental de 08 de julho de 2015, publicado no Diário Oficial do Estado em 08 de julho de 2015, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **Pregão Presencial**, do tipo **Menor Preço**, objetivando o **Registro de Preços** de interesse da **Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão – CAEMA** (Proc. 163942/2017 – CAEMA), conforme descrito neste Edital e seus anexos.

A licitação reger-se-á pelas disposições da **Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/2000, Decreto Estadual nº 31.553, de 16 de março de 2016, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Estadual nº 9.529, de 23 de dezembro de 2011 e Lei Estadual nº 10.403, de 29 de dezembro de 2015**, e suas alterações, aplicando subsidiariamente a **Lei Federal nº 8.666/1993** e demais normas regulamentares pertinentes à espécie.

O Pregão terá início às **14h30min** do dia **26 de outubro de 2017**, no **Auditório Benedito Dutra Mendonça**, na sede da **Comissão Central Permanente de Licitação - CCL**, situada na Rua 44, Quadra 18, nº 35, bairro Calhau, São Luís/MA, quando serão recebidos e iniciada a abertura dos envelopes contendo a proposta comercial e documentos de habilitação.

1. DO OBJETO

1.1. O presente pregão tem por objeto o **Registro de Preços para Aquisição de Equipamentos de Recalque e Conjunto Motobomba Submersos**, em conformidade com especificações e quantidades constantes no Termo de Referência (**ANEXO I, I-A, I-B e I-C**), parte integrante deste Edital.

1.2. A quantidade dos materiais indicada no Termo de Referência (**ANEXO I e I-A**) é apenas estimativa de consumo e será solicitada de acordo com as necessidades do **Órgão Participante**, podendo ser utilizada no todo ou em parte.

1.3. O valor máximo total objeto desta licitação é de **R\$ 908.923,05 (novecentos e oito mil novecentos e vinte e três reais e cinco centavos)**.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão **EXCLUSIVAMENTE** a **Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual – MEI**, que demonstrem esta condição nos termos do **item 3.1, alínea “d”**, deste edital, por força do disposto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014, observado o disposto no § 4º do art. 7º da Lei Estadual nº 10.403/2015, e que tenham ramo de atividade compatível com o objeto licitado e que atendam a todas as exigências quanto à documentação e requisitos de classificação das propostas, constantes deste Edital e seus Anexos.



ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNADORIA
COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CCL

2.2. Não poderão participar, direta ou indiretamente, desta licitação, empresas:

- a) que se encontrem em processo de dissolução, fusão, cisão ou incorporação;
- b) em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, e empresas controladas, coligadas, interligadas ou subsidiárias entre si;
- c) que se apresentem na qualidade de subcontratadas;
- d) que tenham sócios, gerentes ou responsáveis técnicos que sejam servidores públicos do Estado do Maranhão;
- e) suspensas de participar de licitação e impedidas de contratar com a Administração, conforme art. 87, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993, durante o prazo da sanção aplicada;
- f) impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, conforme art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, durante o prazo da sanção aplicada;
- g) declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação;
- h) estrangeiras não autorizadas a funcionar no País;
- i) integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- j) enquadradas nas demais vedações estabelecidas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/1993.

3. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1. Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos, em separado dos envelopes nºs 01 e 02:

- a) **tratando-se de representante legal** (sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado): **ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, com todas as suas eventuais alterações, ou ato constitutivo consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- b) **tratando-se de procurador: instrumento de procuração, público ou particular, ou Carta Credencial (ANEXO II)**, no qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes a este Pregão;



ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNADORIA
COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CCL

- b.1) procuração por instrumento particular e Carta Credencial (**ANEXO II**) deverão estar acompanhadas de cópia do documento que comprove os poderes do mandante para a outorga, dentre os indicados na **alínea "a"**;
- b.2) instrumento de procuração, público ou particular, ou Carta Credencial (**ANEXO II**) deverão, obrigatoriamente, sob pena de não ser aceito o credenciamento, ser firmados por tantos responsáveis pela empresa, quantos estabeleça o contrato social ou estatuto de constituição, com permissão para outorgar poderes no que tange a sua representatividade.
- c) **Cópia da Cédula de Identidade ou outro documento oficial** que contenha foto do representante (legal ou procurador) da empresa interessada;
- d) **Declaração da licitante**, sob as penas da lei, no caso de **ME, EPP e MEI** que cumpre os requisitos legais para a qualificação como **microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual**, respectivamente, e que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro 2006, e suas alterações.
- 3.2. Os documentos necessários ao credenciamento deverão ser apresentados em **original ou cópia previamente autenticada** por cartório competente ou por servidor da **CCL**, ou por publicação em órgão da Imprensa Oficial.
- 3.3. A não apresentação ou a incorreção insanável de quaisquer dos documentos de credenciamento impedirá a licitante de participar da fase de lances, de negociar preços, de declarar a intenção de interpor recurso, enfim, de representar a licitante durante a sessão pública do Pregão.
- 3.3.1. Na ausência do credenciamento, serão mantidos os valores apresentados na proposta escrita, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.
- 3.4. Após o credenciamento, será declarada a abertura da sessão e não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes.
- 3.5. Não será admitida a participação de dois representantes para a mesma empresa, bem como de um mesmo representante para mais de uma empresa.
- 3.6. Os documentos de credenciamento serão conferidos pelo Pregoeiro, a cada Sessão Pública realizada.

4. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

4.1. A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados no local, dia e hora acima mencionados, em **02 (dois)** envelopes opacos, distintos, devidamente fechados e rubricados no fecho e contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

ENVELOPE N.º 01 – PROPOSTA DE PREÇOS
PREGÃO Nº 115/2017 – POE/MA
RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO DO PROPONENTE



**ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNADORIA
COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CCL**

**ENVELOPE N.º 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREGÃO Nº 115/2017 – POE/MA
RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO DO PROPONENTE**

4.2. Não será admitida a entrega de apenas um envelope.

4.3. Não serão consideradas propostas apresentadas por **fac-símile** ou **internet**, podendo ser aceitas por **via postal**, desde que atendam aos requisitos dos **itens 5.1 e 6.1** do edital.

4.3.1. As propostas quando apresentadas em sessão pública, só serão aceitas se por portador identificável por seus documentos pessoais.

4.4. Após a entrega dos envelopes, aquele indicado como “**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**” será rubricado pelo Pregoeiro, equipe de apoio e representantes credenciados das licitantes.

4.5. Os envelopes deverão conter, obrigatoriamente, a documentação **em original ou cópia previamente autenticada** por cartório competente ou por servidor da **CCL**, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

4.5.1. O disposto no **item 4.5** afasta a possibilidade dos servidores da **CCL** destacados para trabalhar na sessão pública de, no dia de sua realização, autenticar cópia de documentos de interessados no certame.

4.6. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

4.7. Os envelopes deverão ser entregues acompanhados da **Declaração de Pleno Conhecimento e Atendimento às Exigências de Habilitação**, conforme estabelecido no art. 4º, VII, da Lei Federal nº 10.520/2002, no modelo do **ANEXO III**, ou, alternativamente, no **Envelope nº 01 – Proposta de Preços**, nos termos do **item 5.1, alínea “i”**, deste edital.

5. DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada em **01 (uma) via**, impressa em papel timbrado da licitante, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricadas todas as folhas pelo representante legal da licitante proponente, com o seguinte conteúdo, de apresentação obrigatória:

a) **Número do Pregão, razão social do proponente**, número do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato, bem como dados bancários tais como: nome e número do Banco, agência e conta corrente para fins de pagamento;

b) **Nome completo do responsável** pela assinatura do contrato, números do CPF e Carteira de Identidade e cargo na empresa;

c) **Descrição detalhada do objeto da presente licitação**, em conformidade com as especificações constantes do **item 5** do Termo de Referência (**ANEXO I, I-A, I-B e I-C**), com a indicação da **unidade, quantidade, marca/fabricante e modelo/referência/código**



ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNADORIA
COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CCL

para todos os **itens**, além de **catálogos técnicos** e/ou **manual do usuário**, com **versão em português**, para todos os **itens**;

c.1) a indicação de **modelo/referência/código** é dispensada quando o fabricante não atribuir ao produto tal identidade ou quando o faz servindo-se de elementos que já constem de sua descrição ou por qualquer outra razão que seja capaz de afastar o risco de confusão entre o produto cotado e outros da mesma marca;

c.2) a licitante deverá apresentar **catálogo, ficha técnica, prospecto** ou **manual**, em português, relativo ao produto cotado, com descrição detalhada, características, referências, especificações técnicas e outras informações que possibilitem a avaliação;

c.3) caso no **catálogo** constem diversos modelos, a licitante deverá identificar e destacar aquele com o qual está concorrendo na licitação;

c.4) a simples ausência de **catálogo, ficha técnica, prospecto** ou **manual** para o produto ofertado não implicará na desclassificação da proposta de preços desde que seja possível ao Pregoeiro, durante a sessão pública, suprir-lhe a falta.

d) **Proposta de preços** com indicação do **preço unitário** e **total** de cada **item**, em algarismo, e **total da proposta**, em algarismo e por extenso, em Real (R\$), com no máximo **02 (dois)** algarismos após a vírgula, sendo considerados fixo e irrevogável, já incluídos os lucros e todas as despesas incidentes, essenciais para a entrega dos materiais objeto deste Pregão;

e) **Prazo de validade da proposta**: não inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data da sessão de abertura dos envelopes;

f) **Prazo de entrega**: até **30 (trinta) dias**, contados a partir da data de recebimento da Ordem de Fornecimento;

g) **Prazo de garantia**: mínimo de **12 (doze) meses**, a contar do recebimento definitivo, sendo que para o **mancal axial (escora)** deverá ser de **8.800 horas**, a partir da data em que o equipamento entrar em operação;

h) **Local de entrega**: **Almoxarifado** da **CAEMA**, localizado na Avenida dos Franceses, s/nº, bairro Sacavém, São Luís – MA, CEP: 65.036-284;

i) **Declaração de Pleno Conhecimento e Atendimento às Exigências de Habilitação**, conforme estabelecido no art. 4º, VII, da Lei Federal nº 10.520/2002, no modelo do **ANEXO III**;

5.2. Nos preços ofertados deverão já estar considerados e inclusos todos os custos diretos e indiretos, encargos, tributos, transporte, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Pregão.

5.2.1. A inadimplência da licitante, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Estado do Maranhão, nem poderá onerar o objeto deste Pregão, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Administração Estadual.



ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNADORIA
COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CCL

- 5.2.2. Quaisquer tributos, despesas e custos omitidos ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, ainda que não tenham causado a desclassificação da proposta por preço inexequível. Nestes casos, a Administração não deferirá pedidos de acréscimo, devendo a licitante vencedora prestar os serviços sem ônus adicionais.
- 5.3. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta escrita, seja com relação a preço, pagamento, prazo ou qualquer item que importe modificação dos termos originais, ressalvadas apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros formais, alterações essas que serão avaliadas pelo Pregoeiro.
- 5.4. A simples irregularidade formal, que evidencie lapso isento de má-fé, e que não afete o conteúdo ou a idoneidade da proposta não será causa de desclassificação.
- 5.4.1. O Pregoeiro poderá corrigir quaisquer erros de soma e/ou multiplicação, com base no valor unitário ou em dado predominante da proposta que permita inferir a informação correta.
- 5.5. Caso os prazos de validade da proposta, entrega dos materiais e garantia sejam omitidos na Proposta de Preços, o Pregoeiro entenderá como sendo iguais aos previstos no **item 5.1**, respectivamente, **alíneas “e”, “f” e “g”**.
- 5.6. A cotação e os lances verbais apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão da exclusiva e da total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração, seja para mais ou para menos.
- 5.7. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Pregão, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.
- 5.8. Não se admitirá proposta que apresentar preços global ou unitário, simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais de propriedade da própria licitante, para os quais ela renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 5.9. Não se admitirá proposta que apresentar alternativa de preços.
- 5.10. Os preços propostos serão fixos e irremovíveis.
- 5.11. Após aberto o envelope contendo a proposta de preço não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fatos supervenientes e aceitos pelo Pregoeiro.
- 5.12. A licitante que não mantiver sua Proposta ficará sujeita às penalidades estabelecidas no **item 14** deste Edital.
- 5.13. Caso a convocação para contratação não seja emitida dentro do período de validade da proposta, os licitantes ficam liberados dos compromissos assumidos, sendo que a Administração poderá solicitar a prorrogação do prazo de validade por mais **60 (sessenta) dias consecutivos**.

6. DA HABILITAÇÃO DOS LICITANTES



ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNADORIA
COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CCL

6.1. As licitantes, inclusive as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, deverão apresentar a Documentação de Habilitação em **01 (uma) via**, no Envelope nº 02, devidamente fechado e rubricado no fecho, identificado conforme o indicado no **item 4.1**, observada também a norma estabelecida no **item 4.5** deste Edital, contendo os seguintes documentos referentes a:

6.1.1. **Habilitação Jurídica**, que será comprovada mediante a apresentação da seguinte documentação:

- a) **Formulário do Empresário**, no caso de Empresa Individual;
- b) **Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social** em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- c) **Decreto de autorização**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.1.2. **Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista**, que será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) **Prova de inscrição** no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (**CNPJ**);
- b) **Prova de inscrição** no **Cadastro de Contribuintes Estadual** relativo à sede ou domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) **Prova de regularidade** com a Fazenda Federal, mediante apresentação da:
 - c.1) **Certidão Conjunta Negativa** de Débitos Relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Previdenciária;
- d) **Prova de regularidade** com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante a:
 - d.1) **Certidão Negativa** de Débitos Fiscais, e;
 - d.2) **Certidão Negativa** de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa;
 - d.3) Quando a prova de regularidade de que trata a **alínea “d”** for comprovada mediante a apresentação de uma única certidão, e dela não constar expressamente essa informação, caberá a licitante demonstrar com documentação hábil essa condição, observado o disposto no **item 6.3**.
- e) **Prova de situação regular** perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, através de apresentação do Certificado de Regularidade do **FGTS – CRF**;
- f) **Prova de inexistência de débitos** inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT**;



ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNADORIA
COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CCL

g) **Declaração** de que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, de conformidade com o disposto no art. 27, inciso V, da Lei federal nº 8.666/93, no modelo do **ANEXO IV**;

6.1.3. **Qualificação Econômico-Financeira**, que será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

6.1.3.1. **Certidão Negativa de Falência ou Concordata** (Recuperação Judicial ou Extrajudicial), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não excedente a **60 (sessenta) dias** de antecedência da data de apresentação da proposta de preço, **quando não vier expresso o prazo de validade**.

6.1.4. A **Qualificação Técnica** dos licitantes deverá ser comprovada através de:

a) **Atestado** fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante forneceu ou fornece materiais compatíveis com o objeto deste Pregão. O atestado deverá ser impresso em papel timbrado do emitente, constando seu CNPJ e endereço completo, devendo ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função.

6.1.5. **Outros Documentos**

a) **Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado do Maranhão**, de acordo com o art. 1º do Decreto nº 21.040, de 17 de fevereiro de 2005, para empresários e sociedades empresariais do Estado do Maranhão.

6.2. A apresentação do **Certificado de Registro Cadastral – CRC**, expedido pela Comissão Central Permanente de Licitação – Cadastro de Fornecedores, localizado na Avenida Beira Mar, 384, Centro, CEP: 65010-070, São Luís/MA, ou de outro órgão da Administração Pública Federal ou de outros Estados, substituirá os documentos enumerados nos **itens 6.1.1 e 6.1.2** (“a” e “b”), obrigando-se a licitante a apresentar o referido Certificado acompanhado da **Declaração da Inexistência de Fato Impeditivo da sua Habilitação (ANEXO V)**.

6.2.1. O **Certificado de Registro Cadastral – CRC** deve exibir a situação e os dados cadastrais da empresa, seja no próprio documento ou em outro que o acompanhe, a exemplo da **Declaração** que complementa o CRC/SICAF.

6.3. É de exclusiva responsabilidade das licitantes a juntada de todos os documentos necessários à habilitação.

6.4. A documentação apresentada para fins de habilitação fará parte dos autos do processo administrativo e não será devolvida à licitante.

6.5. O número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ indicado nos documentos da Proposta de Preço e da Habilitação deverá ser o mesmo do estabelecimento que efetivamente vai fornecer os materiais objeto da presente licitação, com exceção da:

a) Certificado de Regularidade do FGTS, que poderá ser da sede da pessoa jurídica;



ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNADORIA
COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CCL

b) Certidão de Falência/Concordata/Recuperação Judicial e da Certidão Conjunta (Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Previdenciária, expedida pela Secretaria da Receita Federal, que deverão ser da sede da pessoa jurídica.

6.6. As declarações e outros documentos julgados necessários à habilitação, produzidos pela própria licitante, deverão conter data, identificação e assinatura do titular da empresa ou do seu representante legal.

6.7. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital.

6.8. Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas.

6.9. Serão aceitas somente cópias legíveis.

6.10. O Pregoeiro se reserva ao direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

7. DO PROCEDIMENTO

7.1. Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, após credenciamento realizado conforme **item 3** deste Edital, não serão mais admitidos novos proponentes.

7.2. As licitantes deverão entregar os Envelopes nº 1 e nº 2, sendo que o Envelope contendo os Documentos de Habilitação serão rubricados pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e os representantes credenciados das licitantes.

7.3. Após o ordenamento das propostas na ordem crescente de preço e a verificação sumária de sua conformidade, serão selecionados para a fase de lances as licitantes que tenham apresentado propostas em valores superiores em até **10% (dez por cento)**, relativamente à de menor preço.

7.4. Quando não forem identificadas, no mínimo, **03 (três) propostas** escritas de preços nas condições definidas no item anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 03 (três), colocadas em ordem **decrescente**, quaisquer que sejam os valores ofertados nas propostas escritas.

7.5. Havendo empate entre duas ou mais propostas escritas e proclamadas aptas à fase lance, serão selecionadas todas as licitantes que tenham ofertado o mesmo preço, realizando-se sorteio para definir a ordem de apresentação dos lances.

7.5.1. A licitante sorteada em primeiro lugar escolherá a posição na ordenação de lances em relação às demais empatadas, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

7.6. Verificando-se divergência entre os valores numéricos e os por extenso, predominarão os últimos, independentemente de consulta à licitante.

7.7. Será dada oportunidade às licitantes selecionados, conforme itens anteriores, para, individualmente e de forma sequencial, apresentarem lances verbais, de forma sucessiva, em valores distintos e **decrescentes**, a começar pela licitante detentora da proposta de maior



ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNADORIA
COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CCL

preço e as demais, em ordem decrescente de valor, para a escolha da proposta de **menor preço por item**.

7.8. A licitante deverá oferecer somente lance inferior ao último por ela ofertado.

7.8.1. Com um lance superior ao menor já ofertado por outra participante (lance intermediário), a licitante se retira automaticamente da sequência da fase de lances, sem prejuízo do disposto no **item 7.13**.

7.9. Não serão aceitos lances de igual valor, prevalecendo aquele que for recebido primeiro.

7.10. A desistência em apresentar lance, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão imediata da licitante da sequência da etapa de lances e na manutenção do último preço por ela ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

7.11. Não poderá haver desistência dos lances ofertados.

7.12. Após a fase de lances, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de **menor preço por item**.

7.12.1. A fase de lances se encerra quando, restando apenas duas licitantes, uma declina do seu direito a lance.

7.13. Depois de encerrada a etapa competitiva, as licitantes **poderão reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante vencedora para registro adicional de preços**.

7.13.1. Para o registro adicional de preços será exigido a análise da documentação de habilitação.

7.13.2. A apresentação de novas propostas para registro adicional de preços não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante que ofertou o menor preço.

7.13.3. Além do preço do primeiro colocado, será registrado o preço de **outro(s) fornecedor(es)** para cada item.

7.14. O registro a que se refere o **item 7.13** tem por objetivo o cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos art. 17, art. 18, incisos do art. 19 e inciso II do art. 20 do Decreto Estadual nº 31.553/2016, devendo ser registrados obedecendo a ordem prevista no art. 11, § 3º, do referido Decreto Estadual.

7.15. Sendo aceitável a proposta de menor preço, o Pregoeiro procederá à **abertura do envelope nº 02** contendo a documentação da licitante classificada em primeiro lugar, para verificar suas condições habilitatórias, consoante às exigências deste Edital.

7.16. As **microempresas** e **empresas de pequeno porte** deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.16.1. **Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal**, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou



ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNADORIA
COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CCL

parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.16.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará na decadência do direito de não ser preterido na hipótese de contratação administrativa, sem prejuízo da sanção prevista. Neste caso, será facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes.

7.17. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da proponente, na **ordem de classificação**, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame.

7.18. Quando todas as propostas forem desclassificadas ou todas as licitantes inabilitadas, o Pregoeiro poderá conceder o prazo de **8 (oito) dias úteis** para a apresentação de outras propostas escoimadas dos vícios que ensejaram a decisão ou de nova documentação.

7.19. Caso tenha ocorrido lance/negociação, a proposta de preços, ajustada ao preço final, deverá ser protocolada na **Comissão Central Permanente de Licitação - CCL**, no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, contado da lavratura da ata.

7.20. Se não houver interposição de recurso por parte das licitantes presentes, o Pregoeiro encaminhará a licitação para homologação, logo após a apresentação da Proposta de Preço indicada no **item 7.19**.

7.21. Se houver interposição de Recurso contra atos do Pregoeiro, a homologação dar-se-á após o julgamento do Recurso interposto e dado conhecimento do seu resultado.

7.22. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atenderem às exigências deste Edital;
- b) forem omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;
- c) com valor unitário do item superior ao limite estabelecido no Termo de Referência ou preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto.

7.23. Caso entenda que o preço é inexequível o Pregoeiro deverá, antes de desclassificar a oferta, estabelecer prazo para que o licitante demonstre a exequibilidade de seu preço, através de:

- a) planilha de custos elaborada pelo próprio licitante sujeita a exame pela Administração;
- b) contrato, ainda que em execução, com preços semelhantes.

7.24. A licitante que ofertar preço considerado inexequível pelo Pregoeiro e que não demonstre posteriormente sua exequibilidade se sujeita às penalidades administrativas pela não manutenção da proposta.



ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNADORIA
COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CCL

CCL/MA
Folha: _____
Proc. nº 194691/2017
Rub: _____

7.25. Confirmada a inexecução o Pregoeiro poderá reabrir a licitação convocando sessão pública para dar continuidade ao certame.

7.26. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, pelos componentes da Equipe de Apoio e pelos representantes presentes.

8. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

8.1. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório, protocolizando o pedido até **02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas**, diretamente na **Comissão Central Permanente de Licitação**, localizada na **Rua 44, Quadra 18, nº 35, bairro Calhau, São Luís – Maranhão**.

8.1.1. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**.

8.2. Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

8.3. A entrega da Proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

9. DOS RECURSOS

9.1. Dos atos do Pregoeiro neste processo licitatório, poderá o licitante, ao final da sessão pública manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de interpor recurso, sendo registrado em Ata a síntese das suas razões de recorrer.

9.2. A falta de manifestação imediata e motivada de interpor recurso, no momento da sessão deste Pregão, importará na decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto à licitante declarada vencedora.

9.3. Caberá à licitante juntar os memoriais relativos aos recursos registrados em Ata no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados da lavratura da citada Ata.

9.4. Cientes os demais licitantes da manifesta intenção de recorrer por parte de algum dos concorrentes, ficam desde logo intimados a apresentarem **contrarrazões também em 03 (três) dias úteis**, contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.5. Qualquer recurso contra a decisão do Pregoeiro deverá ser entregue, no prazo legal, no Setor de Protocolo da **Comissão Central Permanente de Licitação - CCL**, no endereço citado no **item 8.1**, terá efeito suspensivo, e, se acolhido, invalidará apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.6. Se não reconsiderar sua decisão, o Pregoeiro submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração do Plenário da **Comissão Central Permanente de Licitação**, que proferirá decisão definitiva.



ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNADORIA
COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CCL

9.7. Depois de decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, será homologado o resultado da licitação.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Após a publicação da homologação do resultado da licitação, as licitantes vencedoras e, se houver, as empresas classificadas para formação do cadastro de reserva a que se refere o art. 12, § 1º, do Decreto estadual nº 31.553/2016, terão o prazo de 5 (cinco) dias úteis, independentemente de convocação, para comparecerem perante a **Comissão Central Permanente de Licitação - CCL** (Órgão Gerenciador) para assinar a Ata de Registro de Preços (**ANEXO VI**).

10.1.1. O prazo para assinar a Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado em caso de interesse público a ser devidamente justificado pela **Comissão Central Permanente de Licitação - CCL** nos autos do processo para registro de preços.

10.1.2. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

10.2. A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar a Ata de Registro de Preços, dentro do prazo estabelecido no **item 10.1**, caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a as sanções previstas no **item 14** deste Edital.

10.2.1. É facultado ao Pregoeiro reabrir o certame com a convocação das licitantes remanescentes.

10.2.2. Na sessão de reabertura do Pregão, o Pregoeiro deverá negociar diretamente com a proponente, obedecida a ordem crescente de preços das propostas remanescentes, para que seja obtido preço melhor.

10.3. A Ata de Registro de Preços (**ANEXO VI**) será firmada entre o Estado do Maranhão, representado pela **CCL** (Órgão Gerenciador), e as licitantes vencedoras e, se houver, as empresas as classificadas para formação do cadastro de reserva a que se refere o art. 12, § 1º, do Decreto estadual nº 31.553/2016, para atendimento de demandas dos Órgãos Participantes.

10.4. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços é de **12 (doze) meses**, contados da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado do Maranhão.

10.5. A Ata de Registro de Preços não obriga a Administração Estadual a firmar as contratações que dela poderão advir, ficando-lhe facultada a realização de licitação específica para o **fornecimento dos materiais** pretendidos, nos termos dos §§ 2º e 3º do art. 3º do Decreto estadual nº 31.553/2016, sendo assegurada ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

11. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Após a publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Estado do Maranhão e sua divulgação no site **www.ccl.ma.gov.br** os órgãos públicos poderão utilizar o Sistema de Registro de Preços para **aquisição dos materiais** registrados, observadas as



ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNADORIA
COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CCL

normas editadas pela **Comissão Central Permanente de Licitação - CCL** (Órgão Gerenciador).

11.2. A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por órgãos e entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame licitatório (“Carona”), mediante prévia consulta à **CCL** para adesão, desde que devidamente comprovada a vantagem e observadas as normas em vigor.

11.3. Os entes da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas, direta ou indiretamente pelo Estado do Maranhão estão dispensados da necessidade de justificativa de vantagem na adesão às atas de registro de preços gerenciadas pela **Comissão Central Permanente de Licitação - CCL**.

11.4. Fica assegurada a preferência das adesões aos órgãos e entidades do Governo do Estado do Maranhão, por força do disposto no art. 21 do Decreto estadual nº 31.553/2016.

11.4.1. Os órgãos e entidades que não participaram do Sistema de Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão formalizar o processo administrativo de adesão junto à **CCL**.

11.4.2. Caberá ao prestador beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do **fornecimento** decorrente de adesão, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este novo compromisso não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

11.4.3. As aquisições adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgão participantes.

11.4.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem, conforme o art. 21, § 5º, do Decreto estadual nº 31.553, de 16 de março de 2016.

11.5. O fornecedor beneficiário se obriga a manter, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

11.6. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos **materiais** registrados, cabendo à **CCL** (Órgão Gerenciador) promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

11.6.1. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor que venceu a licitação, e na falta deste, aqueles do cadastro de reserva, na ordem de classificação, visando à negociação para a redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, os fornecedores serão liberados do compromisso assumido.



ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNADORIA
COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CCL

11.6.2. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa, respeitada a legislação relativa às licitações.

12. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

12.1. O fornecedor terá seu registro cancelado pela **Comissão Central Permanente de Licitação - CCL** (órgão gerenciador), quando:

- a) descumprir as condições previstas no Edital deste Pregão a que se vincula o preço registrado;
- b) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- c) não retirar a respectiva Nota de Empenho ou assinar o Contrato Administrativo ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
- e) sofrer sanção prevista nos incisos III e IV do caput do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 ou no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002;
- e) ocorrer fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovado e justificado por razão de interesse público, nos termos do art. 78, da Lei federal nº 8.666/93, ou a pedido do fornecedor.

12.1.1. O cancelamento de registro será formalizado por despacho da CCL assegurados ao beneficiário da ata, nas hipóteses previstas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “e” do **item 12.1**, o contraditório e a ampla defesa.

13. DA CONTRATAÇÃO

13.1. Quando da necessidade de contratação, os órgãos públicos participantes da Ata de Registro de Preços deverão consultar a **Comissão Central Permanente de Licitação - CCL** (Órgão Gerenciador) para obter a indicação do fornecedor, dos quantitativos a que este ainda se encontra obrigado e dos preços registrados.

13.2. O fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços estará obrigado a retirar as respectivas Notas de Empenho e a celebrar os Contratos (**ANEXO VII**) ou instrumentos equivalentes que poderão advir, nas condições estabelecidas neste Edital e na própria Ata, observado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar da data de recebimento da notificação.

13.2.1. O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

13.3. A recusa injustificada do fornecedor beneficiário em retirar a Nota de Empenho e assinar o Contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o



ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNADORIA

COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CCL

CCL/MA

Folha: _____
Proc. nº 194691/2017
Rub: _____

descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas no **item 14** deste Edital.

13.4. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de Contrato Administrativo (**ANEXO VII**) que deverá ser celebrado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

13.4.1. O Contrato Administrativo poderá ser substituído por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa ou autorização de compra, conforme dispõe o art. 62, da Lei federal nº 8.666/93.

13.5. A contratação fica condicionada à consulta prévia pelos órgãos participantes ao Cadastro Estadual de Inadimplentes – **CEI**, consoante determina o art. 6º da Lei estadual nº 6.690, de 11 de julho de 1996.

13.6. No ato da assinatura do contrato a adjudicatária estabelecida no Maranhão deverá apresentar Certidão Negativa de Débito com a **CAEMA** (Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão), conforme Decreto estadual nº 21.178, de 26 de abril de 2005.

13.7. No ato da assinatura do contrato a Administração Pública consultará o **Cadastro de Empregadores** divulgado no sítio eletrônico do Ministério do Trabalho e Emprego, consoante a Lei estadual nº 9.752, de 10 de janeiro de 2013, alterada pela Lei Estadual nº 10.612, de 03 de julho de 2017.

13.8. O fornecedor que vier a ser contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do Contrato, bem como a manter atualizada, durante a execução do Contrato, toda documentação de habilitação exigida na licitação.

13.9. O fornecedor deverá entregar os **produtos**, rigorosamente dentro dos prazos estipulados no instrumento do contrato celebrado com as unidades que venham a se utilizar da Ata de Registro de Preços, e de acordo com as especificações técnicas exigidas neste Edital, bem como com as condições que constam de sua proposta.

13.10. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias**, contados a partir da data da entrega dos materiais, mediante apresentação das notas fiscais, atestadas pelo setor competente do Contratante, por meio de ordem bancária emitida em nome do Contratado, para crédito na conta corrente por ele indicada, uma vez satisfeitas às condições fixadas neste Edital e seus Anexos, devendo o fornecedor, na oportunidade, estar cadastrado no SIAGEM e SIAFEM.

13.10.1. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades impostas ao Contratado ou inadimplência contratual.

13.11. O contratado deverá manter, durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação, devendo demonstrar por meio da seguinte documentação:

- a) Certidão Negativa da Dívida Ativa da União;
- b) Certidão Regularidade do FGTS - CRF;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista - CNDT;



ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNADORIA
COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CCL

- d) Certidão Negativa da CAEMA, caso a empresa seja do Estado do Maranhão;
- e) Outros que sejam necessários para a realização do certame.

13.12. A Nota Fiscal que for apresentada com erro será devolvida ao contratado para retificação e reapresentação.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Se a licitante vencedora, injustificadamente, recusar-se a retirar a Nota de Empenho ou a assinar o instrumento contratual, a sessão poderá ser retomada e as demais licitantes chamadas na ordem crescente de preços para negociação, sujeitando-se o proponente desistente às seguintes penalidades:

- a) impedimento de licitar e contratar com o Estado do Maranhão, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
- b) multa de 20% (vinte por cento) do valor global da proposta, devidamente atualizada.

14.2. O atraso injustificado na prestação dos serviços ou entrega dos bens sujeitará a Contratada à aplicação das seguintes multas de mora:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia, incidente sobre o valor da parcela do objeto em atraso, desde o segundo até o trigésimo dia;
- b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) ao dia, incidente sobre o valor da parcela em atraso, a partir do trigésimo primeiro dia, não podendo ultrapassar 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

14.3. Além das multas aludidas no item anterior, a Contratante poderá aplicar as seguintes sanções à Contratada, garantida a prévia e ampla defesa, nas hipóteses de inexecução total ou parcial do Contrato:

- a) advertência escrita;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;
- c) impedimento para participar de licitação e assinar contratos com o Estado pelo prazo de até **05 (cinco) anos** e descredenciamento do Sistema de Gerenciamento de Licitações e Contratos – SGC por igual prazo.
- d) declaração de inidoneidade para participar de licitação e assinar contratos com a Administração Pública, pelo prazo de até **02 (dois) anos** ou até que o contratado cumpra as condições de reabilitação;

14.4. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” poderão ser aplicadas conjuntamente com a prevista na alínea “b”.

14.5. Caberá ao Fiscal do Contrato, designado pela CONTRATANTE propor a aplicação das penalidades previstas, mediante relatório circunstanciado, apresentando provas que justifiquem a proposição.



ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNADORIA
COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CCL

14.6. A Contratada estará sujeita à aplicação de sanções administrativas, dentre outras hipóteses legais, quando:

- a) prestar os serviços ou entregar os materiais em desconformidade com o especificado e aceito;
- b) não substituir, no prazo estipulado, o material recusado pela contratante;
- c) descumprir os prazos e condições previstas neste Pregão.

14.7. As multas deverão ser recolhidas no prazo de 15 (quinze) dias consecutivos contados da data da notificação, em conta bancária a ser informada pela CONTRATANTE.

14.8. O valor da multa poderá ser descontado dos pagamentos ou cobrado diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente.

14.9. A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor, farão parte integrante do Contrato, independentemente de transcrição.

15.1.1. As exigências previstas no Termo de Referência e seus anexos, não elencadas no **item 5** para a aceitabilidade de proposta de preço, e no **item 6** para a habilitação de licitante, deste edital, não serão levadas a efeito para fins de licitação, podendo o órgão interessado solicitar-lhes o cumprimento como condição de contratação.

15.2. É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, promover diligências e/ou solicitar parecer técnico de pessoa integrante ou não do quadro da Administração Estadual, para esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta/documentação. Nesse caso, a adjudicação somente ocorrerá após a conclusão da diligência promovida.

15.3. A **Comissão Central Permanente de Licitação - CCL** poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público, derivados de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

15.4. Será observado, ainda, quanto ao procedimento deste Pregão:

- a) a anulação do procedimento licitatório não gera obrigação de indenizar, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato;
- b) a nulidade do procedimento licitatório induz à nulidade do Contrato ou instrumento equivalente, ressalvado, ainda, o dispositivo citado na alínea anterior;



ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNADORIA
COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CCL

- c) no caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 15.5. As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 15.6. As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Estado do Maranhão não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 15.7. No interesse da Administração, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser adiada a data da abertura desta licitação e alteradas as condições do presente Edital.
- 15.8. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
- 15.9. No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para o recebimento das propostas de preços e documentos de habilitação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas e os documentos de habilitação.
- 15.10. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade, a celeridade do procedimento e a segurança da contratação.
- 15.11. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/2000 e Decreto Estadual nº 31.553/2016.
- 15.12. A abertura dos envelopes Proposta e Documentação será sempre realizada em sessão pública, devendo ser elaborada a Ata circunstanciada da reunião, que deverá obrigatoriamente ser assinada pelo Pregoeiro, pelos membros da Equipe de Apoio, por profissionais que formularem parecer técnico sobre o julgamento deste Pregão, seja com relação às propostas ou à documentação, e pelos representantes das licitantes presentes.
- 15.13. Se não houver tempo suficiente para a abertura dos envelopes **Proposta e Documentação** em um único momento, ou, ainda, se os trabalhos não puderem ser concluídos e/ou surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, os motivos serão consignados em Ata e a continuação dar-se-á em Sessão a ser convocada posteriormente.
- 15.13.1. Os envelopes não abertos, obrigatoriamente rubricados no fecho pelo Pregoeiro e pelos representantes legais das licitantes presentes, ficarão em poder da **Comissão** e sob sua guarda até nova reunião oportunamente marcada para prosseguimento dos trabalhos.
- 15.14. O resultado desta licitação será comunicado em sessão pública ou mediante publicação na Imprensa Oficial.
- 15.15. Os envelopes contendo os documentos de habilitação, não abertos, ficarão à disposição para retirada no endereço da **Comissão Central Permanente de Licitação**, até



ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNADORIA
COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CCL

10 (dez) dias úteis após a publicação do extrato do Contrato, após o que serão destruídos pela CCL.

15.16. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o dia do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente na **Comissão Central Permanente de Licitação**.

15.17. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

15.18. Este Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados na página www.ccl.ma.gov.br ou na sede da **Comissão Central Permanente de Licitação**, situada na **Rua 44, Quadra 18, nº 35, bairro Calhau, São Luís/MA**, de segunda a sexta-feira, no horário de 8 às 12h e das 14 às 18h, onde poderão ser consultados gratuitamente ou obtidos mediante a entrega de uma resma de papel A4.

15.18.1. As eventuais alterações e esclarecimentos aos termos do Edital serão disponibilizados na página www.ccl.ma.gov.br e na sede da CCL.

15.19. Ao adquirir o Edital na sede da CCL, o interessado deverá declarar estar ciente da necessidade de acompanhamento, na página www.ccl.ma.gov.br, de eventuais notificações e comunicações.

15.20. São partes integrantes deste edital os seguintes anexos:

ANEXO I	Termo de Referência
ANEXO I-A	Especificações, Quantitativos e Valor Estimado do Objeto
ANEXO I-B	Especificações Técnicas de Conjuntos Motobombas Submersíveis para Poços Profundos com Águas Normais
ANEXO I-C	Especificações Técnicas de Conjuntos Motobombas Submersíveis para Poços Profundos com Águas Agressivas
ANEXO II	Modelo de Carta Credencial
ANEXO III	Modelo de Declaração de Pleno Conhecimento e Atendimento às Exigências de Habilitação
ANEXO IV	Modelo de Declaração de Cumprimento do Disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988
ANEXO V	Modelo de Declaração de Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação
ANEXO VI	Minuta da Ata de Registro de Preços
ANEXO VI-A	Anexo da Minuta da Ata de Registro de Preços
ANEXO VII	Minuta do Contrato

São Luís/MA, 10 de outubro de 2017.

Odair José Neves Santos
Pregoeiro Oficial do Estado do Maranhão
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP



ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNADORIA
COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CCL

PREGÃO Nº 115/2017 – POE/MA

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO

Registro de preços para **Aquisição de Equipamentos de Recalque, Conjunto Motobomba Submersos.**

2 – MODALIDADE

A aquisição do presente objeto se dará por meio de licitação na modalidade **Pregão Presencial**, no tipo **Menor preço por item**, pelo Sistema de Registro de Preço.

3 – JUSTIFICATIVA

Os conjuntos motobombas estão sujeitos, em função do tempo, a desgastes excessivos de seus componentes girantes por abrasão, que compromete a vida útil destes equipamentos e requer manutenção corretiva mais intensa, ou, até mesmo, a substituição, o que for mais viável técnica e financeiramente.

O abastecimento de água, em algumas localidades operadas pela CAEMA, em função da paralisação ou queda de rendimento dos conjuntos motobombas, cessa ou reduz significativamente a produção de água tratada, expondo os nossos clientes a contrair doenças de veiculação hídrica pelo uso de água não potável.

Considerando que os conjuntos motobombas relacionados na Solicitação de Compra de Material e Equipamento de número 001/2017-DO do Processo nº 163942/2017-CAEMA, já não apresentam condições viáveis de recuperação técnica e financeira;

Considerando que a CAEMA não dispõe de equipamentos para imediata substituição destes; Considerando que diversas localidades estão sofrendo com o desabastecimento de água, expondo nossos clientes a contrair doenças de veiculação hidro sanitárias pela não oferta de água potável, causando perda de faturamento para a CAEMA;

Faz-se necessário a formação de Registro de Preços para a aquisição dos conjuntos motobombas, relacionados na Solicitação de Compra de Material e Equipamento de número 001/2017-DO.

4 – ÓRGÃO PARTICIPANTE

Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - CAEMA (Processo nº 163942/2017-CAEMA).

5 – ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

ANEXOS I-A, I-B e I-C deste Termo de Referência.

6 – AQUISIÇÃO DO OBJETO

A Solicitação do objeto ocorrerá por meio de “**Ordem de Fornecimento**”, a ser assinada pelo Ordenador de Despesas da **CONTRATANTE**, contendo as informações dos itens, quantidades, preços unitários e totais.

7 – GARANTIA



ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNADORIA
COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CCL

- 7.1.** O prazo de garantia dos materiais não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo;
- 7.2.** A garantia do mancal axial (escora) deverá ser de 8800 horas, a partir da data em que o equipamento entrar em operação.
- 7.3.** Durante o prazo de garantia dos materiais, a CONTRATADA fica obrigada a substituir o material defeituoso no prazo máximo de 05 (cinco) dia úteis, da ciência do defeito pela CONTRATADA.

8 – LOCAL DE ENTREGA

- 8.1.** Os materiais deverão ser entregues no Almoarifado da CAEMA, localizado na Avenida dos Franceses s/nº, bairro Sacavém, São Luís – MA, CEP: 65.036-284.

9 – PRAZO DE ENTREGA

- 9.1.** O prazo de entrega será de até 30 (trinta) dias após o recebimento da Ordem para Fornecimento.

10 – CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE E FORMA DE ENTREGA

- 10.1.** A simples entrega do(s) objeto(s), não implica na sua aceitação definitiva, o que ocorrerá após a vistoria e comprovação da conformidade pelo órgão participante.
- 10.2.** Os produtos contendo baixa qualidade, em desacordo com o edital e seus anexos, serão rejeitados pelo órgão participante.
- 10.3.** A entrega dos materiais relacionados neste TERMO DE REFERÊNCIA se dará de acordo com a necessidade dessa instituição, de forma parcelada, dentro do prazo de vigência do contrato, mediante emissão de Ordem para Fornecimento.
- 10.4.** O material deverá ser entregue à CONTRATANTE, devidamente autorizado pelo FISCAL DO CONTRATO, mediante emissão da Ordem para Fornecimento, que deverá ser assinada em 02 (duas) vias.
- 10.5.** Dentre outras informações pertinentes ao contrato, a Ordem para Fornecimento deverá conter pelo menos as seguintes informações:
- Relação dos insumos a serem fornecidos;
 - Quantidades a serem fornecidas;
 - Data de emissão da Ordem de Fornecimento e do efetivo recebimento da mesma pela CONTRATADA;
 - Data de fornecimento dos materiais
- 10.6.** O atesto de recebimento dos materiais, na Ordem de fornecimento, valerá como recebimento provisório dos mesmos.
- 10.7.** Quando da entrega dos materiais a CONTRATADA deverá, junto com o fiscal do contrato designado pela CONTRATANTE, verificar as condições dos materiais entregues e assinar, em campo próprio, na ordem para fornecimento, atestando que os materiais foram entregues em perfeitas condições.
- 10.8.** Ressalvados vícios ocultos que só possam ser detectados quando do efetivo uso, os materiais rejeitados no recebimento provisório, devem ser devolvidos e substituídos por outros, sem ônus para a CONTRATANTE.
- 10.9.** Os materiais, que têm características singulares, e que exigem, por sua natureza, garantia fornecida pelo fabricante, terão o início da contagem de sua garantia a partir da efetiva entrega do produto.
- 10.10.** A Ordem para Fornecimento sempre será assinada pelo Fiscal do Contrato e por representante da CONTRATADA, designado para tal função, permanecendo uma via com cada parte, de forma a integrar o relatório mensal dos materiais fornecidos no período.



ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNADORIA
COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CCL

10.11. Deverá ser emitida mensalmente pela CONTRATADA, planilha de controle contendo a totalização dos itens e quantidades, baseadas nas Ordens para Fornecimento de Materiais emitidas no período, para conferência da CONTRATANTE e autorização da emissão da Nota Fiscal de Faturamento

11 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.1. A Qualificação Técnica dos licitantes deverá ser comprovada através de:

11.1.1. No mínimo, 1 (um) Atestado ou Declaração de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante forneceu ou está fornecendo produtos compatíveis com o objeto desta licitação. O atestado deverá ser impresso em papel timbrado do emitente, constando seu CNPJ e endereço completo, devendo ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função.

11.1.2. Comprovação de representação comercial e assistência técnica no Estado do Maranhão.

12 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. São obrigações da CONTRATANTE:

12.1.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela CONTRATADA;

12.1.2. Receber os produtos adjudicados, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas no Edital;

12.1.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos que a contratada entregar fora das especificações do Edital;

12.1.4. Comunicar à contratada após apresentação da Nota Fiscal, o aceite do servidor responsável pelo recebimento dos produtos adquiridos;

12.1.5. Fiscalizar a execução do contrato, aplicando as sanções cabíveis, quando for o caso;

12.1.6. Efetuar o pagamento da contratada no prazo determinado no Edital e em seus anexos, inclusive, no contrato;

12.1.7. Notificar, por escrito à CONTRATADA, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do objeto, fixando prazo para a sua correção.

12.1.8. Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a execução do fornecimento.

13 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1 São obrigações da **CONTRATADA**:

13.1.1. Entregar o objeto licitado, conforme especificações do Edital e em consonância com a proposta de preços;

13.1.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.1.3. Substituir os produtos reprovados no recebimento provisório, por estarem em desacordo com as especificações técnicas exigidas, no prazo de até 15 (quinze) dias consecutivos, contados a partir da respectiva Notificação, responsabilizando-se solidariamente com os fornecedores dos produtos (fabricante, produtor ou importador) pelos vícios de qualidade e/ou quantidade que os torne irrecuperáveis, impróprios ou inadequados à utilização a que se destinam;

13.1.4. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

13.1.5. Apresentar a CONTRATANTE, o nome do Banco, Agência e o número da conta bancária, para efeito de crédito de pagamento das obrigações, designando preposto para



ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNADORIA
COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CCL

resolver todos os assuntos relativos à execução do objeto desta licitação, indicando seus endereços físico e eletrônico (e-mail), telefone, celular e fac-símiles;

13.1.6. Assumir total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus funcionários venham a causar ao patrimônio da contratante ou a terceiros quando da execução do contrato;

13.1.7. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo GESTOR DO CONTRATO, atendendo de imediato as reclamações.

13.1.8. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

13.1.9. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

13.1.10. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

14 – DAS PENALIDADES CONTRATUAIS

14.1. Se a licitante vencedora, injustificadamente, recusar-se a retirar a Nota de Empenho ou a assinar o instrumento contratual, a sessão poderá ser retomada e as demais licitantes chamadas na ordem crescente de preços para negociação, sujeitando-se o proponente desistente às seguintes penalidades:

a) impedimento de licitar e contratar com o Estado do Maranhão, pelo prazo de até **05 (cinco)** anos;

b) multa de **20% (vinte por cento)** do valor global da proposta, devidamente atualizada.

14.2. O atraso injustificado na prestação dos serviços ou entrega dos materiais sujeitará a Contratada à aplicação das seguintes multas de mora:

a) **0,33% (trinta e três centésimos por cento)** ao dia, incidente sobre o valor da parcela do objeto em atraso, desde o segundo até o trigésimo dia;

b) **0,66% (sessenta e seis centésimos por cento)** ao dia, incidente sobre o valor da parcela em atraso, a partir do trigésimo primeiro dia, não podendo ultrapassar **20% (vinte por cento)** do valor do contrato.

14.3. Além das multas aludidas no item anterior, a Contratante poderá aplicar as seguintes sanções à Contratada, garantida a prévia e ampla defesa, nas hipóteses de inexecução total ou parcial do Contrato:

a) advertência escrita;

b) multa de **10% (dez por cento)** sobre o valor total do Contrato;

c) impedimento para participar de licitação e assinar contratos com o Estado pelo prazo de até **05 (cinco) anos** e descredenciamento do Sistema de Gerenciamento de Licitações e Contratos – SGC por igual prazo;

d) declaração de inidoneidade para participar de licitação e assinar contratos com a Administração Pública, por prazo não superior a **02 (dois) anos** ou até que o contratado cumpra as condições de reabilitação.

14.4. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” poderão ser aplicadas conjuntamente com a prevista na alínea “b”.

14.5. Caberá ao Fiscal do Contrato, designado pela CONTRATANTE propor a aplicação das penalidades previstas, mediante relatório circunstanciado, apresentando provas que justifiquem a proposição.

14.6. A Contratada estará sujeita à aplicação de sanções administrativas, dentre outras hipóteses legais, quando:



ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNADORIA
COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CCL

- a) prestar os serviços ou entregar os materiais em desconformidade com o especificado e aceito;
- b) não substituir, no prazo estipulado, o material recusado pela contratante;
- c) descumprir os prazos e condições previstas neste Pregão.

14.7. As multas deverão ser recolhidas no prazo de **15 (quinze) dias consecutivos** contados da data da notificação, em conta bancária a ser informada pela CONTRATANTE.

14.8. O valor da multa poderá ser descontado dos pagamentos ou cobrado diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente.

14.9. A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15 – DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE** no prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados a partir da efetiva entrega dos produtos e/ou prestação serviços, com aceitação, mediante apresentação de Nota Fiscal, devidamente atestada, assinada e datada por quem de direito;

15.2. O contratado deverá manter, durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação, devendo esta demonstrar por meio da seguinte documentação:

- a) Certidão Negativa de débito, dívida ativa da União e Previdenciária;
- b) Certidão Regularidade do FGTS - CRF;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista - CNDT;
- d) Certidão Negativa da CAEMA, caso a empresa seja do Estado do Maranhão;
- e) Outros que sejam necessários para a realização do certame.

15.3. A Nota Fiscal que for apresentada com erro será devolvida ao contratado para retificação e reapresentação.

16 – FISCAL DE CONTRATO

16.1. A **CONTRATANTE** designará um **FISCAL DE CONTRATO**, o qual promoverá o acompanhamento do fornecimento dos produtos e a fiscalização do contrato, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à **CONTRATADA** as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma.

17 – DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

17.2. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o artigo 21 do Dec. Estadual 31.553/2016, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, não podendo ainda, exceder na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.



ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNADORIA
COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CCL

18 – DO REGISTRO ADICIONAL DE PREÇOS

- 18.1.** Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante vencedor;
- 18.2.** Para registro adicional de preços dos demais licitantes será exigido a análise das documentações de habilitação;
- 18.3.** A apresentação de novas propostas não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante vencedor;
- 18.4.** Além do preço do 1º (primeiro) colocado, serão registrados preços de outros fornecedores, desde que as ofertas sejam em valores iguais ao do licitante vencedor;
- 18.5.** O registro a que se refere o item **18.4**, tem por objetivo o cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos arts. 18, II, 19 no Decreto Estadual 31.553/2016, devendo ser registrados obedecendo à ordem prevista no art. 11, §3º, do referido Decreto Estadual.

19 – DA ESTIMATIVA DE PREÇO

O valor global estimado para o presente Registro de Preços é de **R\$ 908.923,05 (novecentos e oito mil novecentos e vinte e três reais e cinco centavos)**.

20 – VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

A Ata de Registro de Preços decorrentes do presente Pregão terá validade de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação.

21 – DISPOSIÇÕES FINAIS

- 21.1.** Os bens, ora licitados devem atender às recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, no que couber, e, principalmente, no que diz respeito aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança.
- 21.2.** A marca, o modelo, a referência e demais características, bem como o prazo de garantia dos bens ofertados, deverão, obrigatoriamente, ser informados na proposta.
- 21.3.** Não serão aceitas especificações com os dizeres: conforme o edital, conforme especificações do edital ou algo semelhante.
- 21.4.** A marca indicada na proposta será uma só, sem possibilidade de substituição por qualquer outra.
- 21.5.** Todas as características declaradas devem ser descritas pelos licitantes e comprovadas através de documentos de domínio público emitidos pelo fabricante, tais como: catálogos, manuais, fichas de especificação técnica ou páginas da internet impressas, onde o produto ou componente ofertado seja claramente descrito em forma visual e/ou escrita. Devem ser indicados todos os modelos de todos os produtos ofertados.
- 21.6.** Os materiais informativos utilizados para comprovar as especificações dos produtos cotados, que estejam impressos em idioma diverso do nacional. Deverão ser apresentados com tradução para o português.

São Luís/MA, 27 de setembro de 2017.

Geisson Sá Campelo
Gerente Adjunto de Registro de Preços
Mat. nº: 2550929-CCL/MA



ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNADORIA
COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CCL

ANEXO I-A
ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E VALOR ESTIMADO DO OBJETO

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DO MATERIAL/EQUIPAMENTO	SITUAÇÃO	UNID.	QTDE.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL (R\$)
1	CONJUNTO MOTOBOMBA SUBMERSÍVEL, TRIFÁSICO 380V, PARA POÇO DE 8", COM ÁGUAS AGRESSIVAS: Vazão = 70,0 m³/h e AMT = 60 mca	Exclusivo para ME/EPP/MEI na Lei 10.403/15	und	2	16.482,32	32.964,64
2	CONJUNTO MOTOBOMBA SUBMERSÍVEL, TRIFÁSICO 380V, PARA POÇO DE 8", COM ÁGUAS AGRESSIVAS: Vazão = 70,0 m³/h e AMT = 120 mca	Exclusivo para ME/EPP/MEI na Lei 10.403/15	und	2	32.708,26	65.416,52
3	CONJUNTO MOTOBOMBA SUBMERSÍVEL, TRIFÁSICO 380V, PARA POÇO DE 8", COM ÁGUAS AGRESSIVAS: Vazão = 70,0 m³/h e AMT = 180 mca	Exclusivo para ME/EPP/MEI na Lei 10.403/15	und	1	43.861,91	43.861,91
4	CONJUNTO MOTOBOMBA SUBMERSÍVEL, TRIFÁSICO 380V, PARA POÇO DE 8", COM ÁGUAS AGRESSIVAS: Vazão = 75,0 m³/h e AMT = 100 mca	Exclusivo para ME/EPP/MEI na Lei 10.403/15	und	1	30.788,38	30.788,38
5	CONJUNTO MOTOBOMBA SUBMERSÍVEL, TRIFÁSICO 380V, PARA POÇO DE 8", COM ÁGUAS AGRESSIVAS: Vazão = 80,0 m³/h e AMT = 60 mca	Exclusivo para ME/EPP/MEI na Lei 10.403/15	und	1	18.638,81	18.638,81
6	CONJUNTO MOTOBOMBA SUBMERSÍVEL, TRIFÁSICO 380V, PARA POÇO DE 8", COM ÁGUAS AGRESSIVAS: Vazão = 80,0 m³/h e AMT = 70 mca	Exclusivo para ME/EPP na Lei 10.403/15	und	1	20.883,54	20.883,54
7	CONJUNTO MOTOBOMBA SUBMERSÍVEL, TRIFÁSICO 380V, PARA POÇO DE 8", COM ÁGUAS AGRESSIVAS: Vazão = 80,0 m³/h e AMT = 90 mca	Exclusivo para ME/EPP/MEI na Lei 10.403/15	und	1	28.730,08	28.730,08
8	CONJUNTO MOTOBOMBA SUBMERSÍVEL, TRIFÁSICO 380V, PARA POÇO DE 8", COM ÁGUAS AGRESSIVAS: Vazão = 80,0 m³/h e AMT = 115 mca	Exclusivo para ME/EPP/MEI na Lei 10.403/15	und	1	36.767,28	36.767,28
9	CONJUNTO MOTOBOMBA SUBMERSÍVEL, TRIFÁSICO 380V, PARA POÇO DE 8", COM ÁGUAS AGRESSIVAS: Vazão = 85,0 m³/h e AMT = 110 mca	Exclusivo para ME/EPP/MEI na Lei 10.403/15	und	2	31.137,06	62.274,12
10	CONJUNTO MOTOBOMBA SUBMERSÍVEL, TRIFÁSICO 380V, PARA POÇO DE 8", COM ÁGUAS AGRESSIVAS: Vazão = 90,0 m³/h e AMT = 45 mca	Exclusivo para ME/EPP/MEI na Lei 10.403/15	und	1	20.939,24	20.939,24
11	CONJUNTO MOTOBOMBA SUBMERSÍVEL, TRIFÁSICO 380V, PARA POÇO DE 8", COM ÁGUAS AGRESSIVAS: Vazão = 90,0 m³/h e AMT = 148 mca	Exclusivo para ME/EPP/MEI na Lei 10.403/15	und	1	42.410,32	42.410,32
12	CONJUNTO MOTOBOMBA SUBMERSÍVEL, TRIFÁSICO 380V, PARA POÇO DE 8", COM ÁGUAS AGRESSIVAS: Vazão = 95,0 m³/h e AMT = 145 mca	Exclusivo para ME/EPP/MEI na Lei 10.403/15	und	1	42.436,19	42.436,19
13	CONJUNTO MOTOBOMBA SUBMERSÍVEL, TRIFÁSICO 380V, PARA POÇO DE 8", COM ÁGUAS AGRESSIVAS: Vazão = 100,0 m³/h e AMT = 35 mca	Exclusivo para ME/EPP/MEI na Lei 10.403/15	und	1	20.639,90	20.639,90
14	CONJUNTO MOTOBOMBA SUBMERSÍVEL, TRIFÁSICO 380V, PARA POÇO DE 8", COM ÁGUAS AGRESSIVAS: Vazão = 100,0 m³/h e AMT = 80 mca	Exclusivo para ME/EPP/MEI na Lei 10.403/15	und	1	32.824,65	32.824,65
15	CONJUNTO MOTOBOMBA SUBMERSÍVEL, TRIFÁSICO 380V, PARA POÇO DE 8", COM ÁGUAS AGRESSIVAS: Vazão = 100,0 m³/h e AMT = 95 mca	Exclusivo para ME/EPP/MEI na Lei 10.403/15	und	1	34.217,43	34.217,43
16	CONJUNTO MOTOBOMBA SUBMERSÍVEL, TRIFÁSICO 380V, PARA POÇO DE 8", COM ÁGUAS AGRESSIVAS: Vazão = 100,0 m³/h e AMT = 100 mca	Exclusivo para ME/EPP/MEI na Lei 10.403/15	und	1	36.843,95	36.843,95



ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNADORIA
COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CCL

17	CONJUNTO MOTOBOMBA SUBMERSÍVEL, TRIFÁSICO 380V, PARA POÇO DE 8", COM ÁGUAS AGRESSIVAS: Vazão = 100,0 m³/h e AMT = 130 mca	Exclusivo para ME/EPP/MEI na Lei 10.403/15	und	1	46.489,24	46.489,24
18	CONJUNTO MOTOBOMBA SUBMERSÍVEL, TRIFÁSICO 380V, PARA POÇO DE 8", COM ÁGUAS AGRESSIVAS: Vazão = 110,0 m³/h e AMT = 75 mca	Exclusivo para ME/EPP/MEI na Lei 10.403/15	und	1	32.515,80	32.515,80
19	CONJUNTO MOTOBOMBA SUBMERSÍVEL, TRIFÁSICO 380V, PARA POÇO DE 8", COM ÁGUAS AGRESSIVAS: Vazão = 110,0 m³/h e AMT = 112 mca	Exclusivo para ME/EPP/MEI na Lei 10.403/15	und	1	37.955,40	37.955,40
20	CONJUNTO MOTOBOMBA SUBMERSÍVEL, TRIFÁSICO 380V, PARA POÇO DE 8", COM ÁGUAS AGRESSIVAS: Vazão = 112,0 m³/h e AMT = 55 mca	Exclusivo para ME/EPP/MEI na Lei 10.403/15	und	1	28.894,61	28.894,61
21	CONJUNTO MOTOBOMBA SUBMERSÍVEL, TRIFÁSICO 380V, PARA POÇO DE 8", COM ÁGUAS AGRESSIVAS: Vazão = 120,0 m³/h e AMT = 204 mca	Exclusivo para ME/EPP/MEI na Lei 10.403/15	und	1	66.352,93	66.352,93
22	CONJUNTO MOTOBOMBA SUBMERSÍVEL, TRIFÁSICO 380V, PARA POÇO $\varnothing \geq 10"$, COM ÁGUAS NORMAIS: Vazão = 30,0 m³/h e AMT = 60 mca	Exclusivo para ME/EPP/MEI na Lei 10.403/15	und	1	7.601,52	7.601,52
23	CONJUNTO MOTOBOMBA SUBMERSÍVEL, TRIFÁSICO 380V, PARA POÇO $\varnothing \geq 10"$, COM ÁGUAS NORMAIS: Vazão = 30,0 m³/h e AMT = 110 mca	Exclusivo para ME/EPP/MEI na Lei 10.403/15	und	1	10.807,73	10.807,73
24	CONJUNTO MOTOBOMBA SUBMERSÍVEL, TRIFÁSICO 380V, PARA POÇO $\varnothing \geq 10"$, COM ÁGUAS NORMAIS: Vazão = 35,0 m³/h e AMT = 45 mca	Exclusivo para ME/EPP/MEI na Lei 10.403/15	und	3	7.661,84	22.985,52
25	CONJUNTO MOTOBOMBA SUBMERSÍVEL, TRIFÁSICO 380V, PARA POÇO $\varnothing \geq 10"$, COM ÁGUAS NORMAIS: Vazão = 40,0 m³/h e AMT = 75 mca	Exclusivo para ME/EPP/MEI na Lei 10.403/15	und	1	11.138,76	11.138,76
26	CONJUNTO MOTOBOMBA SUBMERSÍVEL, TRIFÁSICO 380V, PARA POÇO $\varnothing \geq 10"$, COM ÁGUAS NORMAIS: Vazão = 55,0 m³/h e AMT = 70 mca	Exclusivo para ME/EPP/MEI na Lei 10.403/15	und	1	11.369,35	11.369,35
27	CONJUNTO MOTOBOMBA SUBMERSÍVEL, TRIFÁSICO 380V, PARA POÇO $\varnothing \geq 10"$, COM ÁGUAS NORMAIS: Vazão = 60,0 m³/h e AMT = 50 mca	Exclusivo para ME/EPP/MEI na Lei 10.403/15	und	1	10.732,38	10.732,38
28	CONJUNTO MOTOBOMBA SUBMERSÍVEL, TRIFÁSICO 380V, PARA POÇO $\varnothing \geq 10"$, COM ÁGUAS NORMAIS: Vazão = 60,0 m³/h e AMT = 75 mca	Exclusivo para ME/EPP/MEI na Lei 10.403/15	und	1	13.250,73	13.250,73
29	CONJUNTO MOTOBOMBA SUBMERSÍVEL, TRIFÁSICO 380V, PARA POÇO $\varnothing \geq 10"$, COM ÁGUAS NORMAIS: Vazão = 60,0 m³/h e AMT = 105 mca	Exclusivo para ME/EPP/MEI na Lei 10.403/15	und	1	15.867,95	15.867,95
30	CONJUNTO MOTOBOMBA SUBMERSÍVEL, TRIFÁSICO 380V, PARA POÇO $\varnothing \geq 10"$, COM ÁGUAS NORMAIS: Vazão = 60,0 m³/h e AMT = 125 mca	Exclusivo para ME/EPP/MEI na Lei 10.403/15	und	1	22.324,19	22.324,19
VALOR TOTAL ESTIMADO						908.923,05

ANEXO I-B



ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNADORIA
COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CCL

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DE CONJUNTOS MOTOBOMBAS SUBMERSÍVEIS PARA
POÇOS PROFUNDOS COM ÁGUAS NORMAIS

1 – DADOS GERAIS

1.1 – DADOS DO SISTEMA:

- ◆ Vazão..... (m³/h)
- ◆ Altura Manométrica Total.....(m.c.a)
- ◆ □ do poço polegadas(4", 6", 8", 10", 12" e 16")
- ◆ Regime de operaçãoCONTÍNUO
- ◆ Temperatura de operação.....(27°C)
- ◆ Líquido a ser bombeado:Água com até 15g de sólidos por m³ de água.

1.2 – DADOS CONSTRUTIVOS DA BOMBA

- ◆ Material do rotor.....Aço Inox AISI 304/Bronze SAE 40
- ◆ Material do difusor.....F^oF^o GG 40
- ◆ Material do eixoAço Inox AISI 420
- ◆ Material de estágiosF^oF^o GG 40
- ◆ Material do crivo.....Aço Inox AISI 304

1.3 – DADOS DO MOTOR

- ◆ Frequência60 Hz
- ◆ Tensão de operação.....220/380 V
- ◆ Material do eixo.....Aço Inox AISI 420
- ◆ Polaridade.....2 Pólos

1.4 – OUTROS DADOS

- ◆ Rendimento mínimo do CMB.....65%
- ◆ Material das buchas dos mancais radiais.....Bronze SAE 40/Borracha

2 – DADOS A SEREM FORNECIDOS PELO PROPONENTE COM A PROPOSTA:

- ◆ Curvas características do equipamento – curva de rendimento, curva de potência do NPSH requerido.
- ◆ Folha de dados técnicos contendo:
 - ✓ Marca do conjunto motobomba
 - ✓ Modelo
 - ✓ Série
 - ✓ Vazão (m³/h)
 - ✓ Altura Manométrica (m.c.a.)
 - ✓ Tensão de alimentação (V)
 - ✓ Potência no eixo da bomba (kW)
 - ✓ Potência Nominal (kW)
 - ✓ Rotação Nominal (rpm)



**ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNADORIA
COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CCL**

- ✓ do rotor (mm ou polegadas)
- ✓ Relação Ip/In
- ✓ Número de estágios
- ✓ Material de proteção do cabo elétrico
- ✓ Submersão mínima requerida pela bomba (m)
- ✓ Corrente Nominal
- ✓ Rendimento máximo
- ✓ Fator de potência a 100% de carga
- ✓ Tipo de válvula de retenção
- ✓ Material da válvula de retenção
- ✓ Máximo externo do conjunto
- ✓ bocal de recalque do elemento bombeador
- ✓ Tipo e seção cabo de alimentação motor elétrico
- ✓ Tipo e seção do fio usado no bobinamento do motor

3 – DADOS A SEREM FORNECIDOS PELO ADJUDICATÁRIO COM A ENTREGA DO EQUIPAMENTO:

- ◆ Catálogos Técnicos contendo lista de peças, desenho explodido da bomba e motor;
- ◆ Manual de instalação, operação e manutenção;

4 – IDENTIFICAÇÃO DO EQUIPAMENTO:

O Conjunto motobomba submerso deverá possuir duas placas de identificação em aço inoxidável fixadas nas carcaças da bomba e do motor, contendo os seguintes dados:

Placa 1

- ◆ Bomba: Nome do fabricante, modelo, vazão (m³/h), altura Manométrica (m.c.a.), n.º de série, n.º de estágios, do rotor (mm), peso do conjunto (kg), e ano de fabricação.

Placa 2

- ◆ Motor: Potência Nominal (kW ou CV), Tensão Nominal (V), Corrente Nominal (A), Freqüência (Hz), Rotação Nominal (rpm), modelo, n.º do motor, ano de fabricação, fator de serviço, fator de potência e relação Ip/In.

O fabricante deverá fornecer duplicatas das plaquetas dos equipamentos.

5 – EMBALAGEM E TRANSPORTE:

O equipamento deverá ser fornecido montado, com rotores banhados em produto antioxidante que impeça seu travamento. Tais produtos não deverão produzir contaminação química na água bombeada.

A embalagem será em caixa de madeira resistente para proteção contra impactos externos.

6 – GARANTIA / ASSISTÊNCIA TÉCNICA:



ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNADORIA
COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CCL

O fabricante deverá fornecer um certificado de garantia de **12 (doze) meses** dos equipamentos e dos acessórios entregues, a partir da data de entrega dos mesmos no almoxarifado da CAEMA.

A garantia do mancal axial (escora) deverá ser de 8800 horas, a partir da data em que o equipamento entrar em operação.

O Proponente deverá possuir assistência técnica e fornecimento de peças sobressalentes permanentes ou através de seus representantes no Estado do Maranhão, com oficina própria ou autorizada para atender a reparos e orientar sobre aplicações do equipamento.

7 – DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS:

7.1 – BOMBA

Bomba centrífuga de eixo vertical, rotores radiais ou semi-axiais, estática e dinamicamente balanceados.

Materiais:

- ◆ Rotor – Deverá ser fornecido sem rebarbas, fixado ao eixo por chaveta ou cunha.
- ◆ Eixo – Deverá ter, em toda a sua extensão útil, rasgo contínuo de chaveta para fixação dos rotores ou luvas de acoplamento.
- ◆ Crivo – Com área de passagem total igual ou superior a 3 vezes a área de passagem do rotor.
- ◆ Retentor de Areia – Deverá ser instalado no corpo de sucção, em material resistente a abrasão.
- ◆ Válvula de Retenção – Deverá ser localizada na extremidade superior da bomba.

7.2 – MOTOR

Motor em corrente alternada assíncrona, trifásico, 60 Hz, para instalação vertical, capaz de suportar 20 partidas diárias, usando com refrigerante e lubrificante, água limpa em circuito selado com ampla capacidade de permitir a bomba operar pelo período de 5 min. com a válvula de descarga fechada. A potência nominal do motor deve ser superior à potência requerida no eixo da bomba (BHP), para o ponto de maior solicitação na curva do rotor escolhido. **A folga sobre o BHP, para o ponto de trabalho que requeira maior potência, deverá ser de 15% até 50 CV, e de 10% acima dessa potência.**

Materiais:

- ◆ Estator: Carcaça deverá ser em material de boa resistência a corrosão. O estator deverá ser do tipo rebobinável. Para o enrolamento, deverão ser utilizados fios de cobre eletrolítico recozido e isolado com capa de PVC ou polipropileno, suportando trabalho contínuo imerso em água a 75 °C.
- ◆ Rotor: Tipo gaiola. O eixo deverá ser isento de rebarbas e cantos vivos. O pacote retórico deverá receber tinta anticorrosiva a base de epóxi, com secagem em estufa.



ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNADORIA
COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CCL

- ◆ Vedação: O motor deverá ser totalmente isento de contato entre suas partes internas e o meio externo, possuindo retentores ou selos mecânicos em seu eixo, com dispositivos que impeçam a entrada de areia. A introdução da água limpa no motor deverá ser feita por meio de bujão ou válvula de enchimento e de respiro na carcaça, com \square de $\frac{1}{2}$ ".

7.3 – MANCAIS

7.3.1 – Mancais Radiais

Deverão ser do tipo deslizante, usando água limpa como lubrificante;

7.3.2 – Mancal Axial

Deverá possuir ampla capacidade para suportar o peso de todo conjunto mais o máximo empuxo axial decorrente da carga operacional. Deverá ser constituído por seguimentos compostos em aço AISI 410 opostos a seguimentos em grafite, utilizando o sistema de balancins para compensação das forças axiais. Deverá utilizar a mesma água de arrefecimento como lubrificante e sua vida útil não deverá ser inferior a 8.800 h de trabalho (tipo Kingsbury).

7.4 – CABOS

Deverá ser trifásico, plano, dimensionado para evitar a queda de tensão e perda de potência, impermeável, acompanhado o tubo de elevação da água. Deverá ser constituído por condutor formado por fio de cobre eletrolítico extra flexível, têmpera mole e isolante formado por camadas de PVC flexível resistente à água, esforços mecânicos e abrasão. Seu comprimento mínimo deverá ser de 1m acima do topo da bomba, protegido por capa de aço inoxidável fixado ao corpo desta por meio de parafusos de aço inoxidável.

7.5 – ACOPLAMENTO

Deverá garantir a perfeita união entre a bomba e o motor sem qualquer deslizamento, possuindo rigidez e dimensionamentos suficientes para suportar o máximo torque admissível e o máximo empuxo do conjunto em qualquer direção e sentido.

7.6 – PINTURA

As superfícies externas deverão estar completamente isentas de oxidação, gordura ou resíduos que dificultem a aderência da pintura. Deverão ser aplicadas duas demãos de primer epóxi, óxido de ferro, zarcão de 2 componentes com película total de 100 micra, e uma demão de tinta de acabamento a base de epóxi com espessura de película de 50 micras.



ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNADORIA
COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CCL

ANEXO I-C
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DE CONJUNTOS MOTOBOMBAS SUBMERSÍVEIS PARA
POÇOS PROFUNDOS COM ÁGUAS AGRESSIVAS

1 – DADOS GERAIS:

1.1 – DADOS DO SISTEMA:

- ◆ Vazão.....(m³/h)
- ◆ Altura Manométrica Total.....(m.c.a)
- ◆ □ do poço polegadas(4", 6", 8", 10", 12", 16")
- ◆ Regime de operaçãoCONTÍNUO
- ◆ Temperatura de operação.....(27°C)
- ◆ Líquido a ser bombeado:.....Água com até 15g de sólidos por m³ de água.

a. – DADOS CONSTRUTIVOS DA BOMBA

- ◆ Material do rotor.....Bronze SAE 40/AÇO INOX AISI 304
- ◆ Material do difusor.....Bronze SAE 40
- ◆ Material do eixoAço Inox AISI 420
- ◆ Material de estágiosBronze SAE 40
- ◆ Material do crivo.....Aço Inox AISI 304

b. – DADOS DO MOTOR

- ◆ Frequência60 Hz
- ◆ Tensão de operação.....220/380 V
- ◆ Material do eixo.....Aço Inox AISI 420
- ◆ Polaridade.....2 Pólos

c. – OUTROS DADOS

- ◆ Rendimento mínimo do CMB.....65%
- ◆ Material das buchas dos mancais radiais.....Bronze SAE 40
- ◆ Motor com pintura especial para águas agressivas

2 – DADOS A SEREM FORNECIDOS PELO PROPONENTE, COM A PROPOSTA:

- ◆ Curvas características do equipamento – curva de rendimento, curva de potência do NPSH requerido.
- ◆ Folha de dados técnicos contendo:
 - ✓ Marca do conjunto motobomba
 - ✓ Modelo
 - ✓ Série
 - ✓ Vazão (m³/h)
 - ✓ Altura Manométrica (m.c.a.)



**ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNADORIA
COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CCL**

- ✓ Tensão de alimentação (V)
- ✓ Potência no eixo da bomba (kW)
- ✓ Potência Nominal (kW)
- ✓ Rotação Nominal (rpm)
- ✓ \square do rotor (mm ou polegadas)
- ✓ Relação Ip/In
- ✓ Número de estágios
- ✓ Material de proteção do cabo elétrico
- ✓ Submersão mínima requerida pela bomba (m)
- ✓ Corrente Nominal
- ✓ Rendimento máximo
- ✓ Fator de potência a 100% de carga
- ✓ Tipo de válvula de retenção
- ✓ Material da válvula de retenção
- ✓ \square máximo externo do conjunto
- ✓ \square bocal de recalque do elemento bombeador
- ✓ Tipo e seção cabo de alimentação motor elétrico
- ✓ Tipo e seção do fio usado no bobinamento do motor

3 – DADOS A SEREM FORNECIDOS PELO ADJUDICATÁRIO, COM A ENTREGA DO EQUIPAMENTO:

- ◆ Catálogos Técnicos contendo lista de peças, desenho explodido da bomba e motor;
- ◆ Manual de instalação, operação e manutenção;
- ◆ Lista de peças sobressalentes recomendáveis.

4 – IDENTIFICAÇÃO DO EQUIPAMENTO:

O Conjunto motobomba submerso deverá possuir 2 placas de identificação em aço inoxidável fixadas nas carcaças da bomba e do motor, contendo os seguintes dados:

Placa 1

- ◆ **Bomba:** Nome do fabricante, modelo, vazão (m³/h), altura Manométrica (m.c.a.), n.º de série, n.º de estágios, \square do rotor (mm), peso do conjunto (kg), e ano de fabricação.

Placa 2

- ◆ **Motor:** Potência Nominal (kW ou CV), Tensão Nominal (V), Corrente Nominal (A), Frequência (Hz), Rotação Nominal (rpm), modelo, n.º do motor, ano de fabricação, fator de serviço, fator de potência e relação Ip/In.

O fabricante deverá fornecer duplicatas das plaquetas dos equipamentos.

5 – EMBALAGEM E TRANSPORTE:

O equipamento deverá ser fornecido montado, com rotores banhados em produto antioxidante que impeça seu travamento. Tais produtos não deverão produzir contaminação química na água bombeada.



**ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNADORIA
COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CCL**

A embalagem será em caixa de madeira resistente para proteção contra impactos externos.

6 – GARANTIA / ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

O fabricante deverá fornecer um certificado de **garantia de 12 (doze) meses** dos equipamentos, a partir da data de entrega dos mesmos no almoxarifado da CAEMA.

A garantia do mancal axial (escora) deverá ser de 8800 horas, a partir da data em que o equipamento entrar em operação.

O Proponente deverá possuir assistência técnica e fornecimento de peças sobressalentes permanentes ou através de seus representantes no Estado do Maranhão, com oficina própria ou autorizada para atender a reparos e orientar sobre aplicações do equipamento.

7 – DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS:

a. – BOMBA

Bomba centrífuga de eixo vertical, rotores radiais ou semi-axiais, estática e dinamicamente balanceados.

Materiais:

- ◆ Rotor – Deverá ser fornecido sem rebarbas, fixado ao eixo por chaveta ou cunha.
- ◆ Eixo – Deverá ter, em toda a sua extensão útil, rasgo contínuo de chaveta para fixação dos rotores ou luvas de acoplamento.
- ◆ Crivo – Com área de passagem total igual ou superior a 3 vezes a área de passagem do rotor.
- ◆ Retentor de Areia – Deverá ser instalado no corpo de sucção, em material resistente a abrasão.
- ◆ Válvula de Retenção – Deverá ser localizada na extremidade superior da bomba.

b. – MOTOR

Motor em corrente alternada assíncrono, monofásico/trifásico, 60 Hz, para instalação vertical, capaz de suportar 20 partidas diárias, usando com refrigerante e lubrificante, água limpa em circuito selado com ampla capacidade de permitir a bomba operar pelo período de 5 min. com a válvula de descarga fechada. A potência nominal do motor deve ser superior à potência requerida no eixo da bomba (BHP), para o ponto de maior solicitação na curva do rotor escolhido. **A folga sobre o BHP, para o ponto de trabalho que requeira maior potência, deverá ser de 15% até 50 CV, e de 10% acima dessa potência.**

Materiais:

- ◆ Estator: Carcaça deverá ser em material de boa resistência a corrosão. O estator deverá ser do tipo rebobinável. Para o enrolamento, deverão ser utilizados fios de cobre



ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNADORIA
COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CCL

eletrolítico recozido e isolado com capa de PVC ou polipropileno, suportando trabalho contínuo imerso em água a 75 °C.

- ◆ Rotor: Tipo gaiola. O eixo deverá ser isento de rebarbas e cantos vivos. O pacote retórico deverá receber tinta anti-corrosiva a base de epoxi, com secagem em estufa.
- ◆ Vedação: O motor deverá ser totalmente isento de contato entre suas partes internas e o meio externo, possuindo retentores ou selos mecânicos em seu eixo, com dispositivos que impeçam a entrada de areia. A introdução da água limpa no motor deverá ser feita por meio de bujão ou válvula de enchimento e de respiro na carcaça, com \square de ½”.

c. – MANCAIS

i.– Mancais Radiais

Deverão ser do tipo deslizante, usando água limpa como lubrificante;

ii.– Mancal Axial

Deverá possuir ampla capacidade para suportar o peso de todo conjunto mais o máximo empuxo axial decorrente da carga operacional. Deverá ser constituído por seguimentos compostos em aço AISI 410 opostos a seguimentos em grafite, utilizando o sistema de balancins para compensação das forças axiais. Deverá utilizar a mesma água de arrefecimento como lubrificante e sua vida útil não deverá ser inferior a 8.800 h de trabalho (tipo Kingsbury).

d. – CABOS

Deverá ser trifásico, plano, dimensionado para evitar a queda de tensão e perda de potência, impermeável, acompanhado o tubo de elevação da água. Deverá ser constituído por condutor formado por fio de cobre eletrolítico extra flexível, têmpera mole e isolante formado por camadas de PVC flexível resistente à água, esforços mecânicos e abrasão. Seu comprimento mínimo deverá ser de 1m acima do topo da bomba, protegido por capa de aço inoxidável fixado ao corpo desta por meio de parafusos de aço inoxidável.

e. – ACOPLAMENTO

Deverá garantir a perfeita união entre a bomba e o motor sem quaisquer deslizamentos, possuindo rigidez e dimensionamentos suficientes para suportar o máximo torque admissível e o máximo empuxo do conjunto em qualquer direção e sentido.

f. – PINTURA

As superfícies externas deverão estar completamente isentas de oxidação, gordura ou resíduos que dificultem a aderência da pintura. Deverão ser aplicadas duas demãos de primer epóxi, óxido de ferro, zarcão de 2 componentes com película total de 100 micra, e uma demão de tinta de acabamento a base de epóxi com espessura de película de 50 micras.



**ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNADORIA
COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CCL**

CCL/MA
Folha: _____
Proc. nº 194691/2017
Rub: _____

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP

PREGÃO Nº 115/2017 – POE/MA

ANEXO II

MODELO DE CARTA CREDENCIAL

Ao
Sr. Pregoeiro Oficial do Estado do Maranhão

Ref.: PREGÃO Nº XXX/2017 – POE/MA

Na qualidade de representante legal da empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____ credenciamos o Sr. _____, portador da CI nº _____ e do CPF nº _____, para nos representar na licitação em referência, com poderes para formular ofertas, lances de preço, recorrer, renunciar a recurso e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da representada.

Local e data

(nome completo e assinatura do representante legal da empresa)

41 cm

cm

H
OS



**ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNADORIA
COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CCL**

CCL/MA
Folha: _____
Proc. nº 194691/2017
Rub: _____

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP

PREGÃO Nº 115/2017 – POE/MA

ANEXO III

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO E
ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

Ao
Sr. Pregoeiro Oficial do Estado do Maranhão

Ref.: PREGÃO Nº XXX/2017 – POE/MA

Pelo presente, declaramos, para efeito do cumprimento ao estabelecido, conforme dispõe o artigo 4º, inciso VII, da Lei federal nº 10.520/2002, sob as penalidades cabíveis, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação exigidos neste Edital.

Local e data

(nome completo da empresa e do seu representante legal, com assinatura e a devida identificação e qualificação)



ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNADORIA
COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CCL

CCL/MA
Folha: _____
Proc. nº 194691/2017
Rub: _____

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP

PREGÃO Nº 115/2017 – POE/MA

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA
(CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO
ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988)

Ao
Sr. Pregoeiro Oficial do Estado do Maranhão

Ref.: PREGÃO Nº XXX/2017 – POE/MA

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a)....., portador (a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº, DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do artigo 27, da Lei federal nº 8.666/1993, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz

Local e data

(nome completo da empresa e do seu representante legal, com assinatura e a devida identificação e qualificação)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



**ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNADORIA
COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CCL**

CCL/MA
Folha: _____
Proc. nº 194691/2017
Rub: _____

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP

PREGÃO Nº 115/2017 – POE/MA

ANEXO V

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS
SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO**

Ao
Sr. Pregoeiro Oficial do Estado do Maranhão

Ref.: PREGÃO Nº XXX/2017 – POE/MA

A empresa _____, signatária, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada na _____ (endereço completo), por seu representante legal, declara, sob as penas da Lei, nos termos do artigo 32, § 2º, da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que até a presente data nenhum fato ocorreu que a inabilite a participar desta licitação e que contra ela não existe nenhum pedido de falência ou concordata.

Local e data

(nome completo da empresa e do seu representante legal, com assinatura e a devida identificação e qualificação)



ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNADORIA
COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CCL

CCL/MA
Folha: _____
Proc. nº 194691/2017
Rub: _____

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP

PREGÃO Nº 115/2017 – POE/MA

ANEXO VI

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 000/2017-CCL

PROCESSO Nº 194691/2017 - CCL
PREGÃO Nº 000/2017 – POE/MA

Pelo presente instrumento, a **COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CCL**, instituição criada e constituída nos termos da Lei nº 9.340 de 28 de fevereiro de 2011 e Decreto nº 30.669 de 10 de março de 2015, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 00.705.290/0001 – 79, com sede à Avenida Colares Moreira, Quadra 19, nº 09, bairro Calhau, em São Luís – MA, neste ato representada pelo seu Presidente o Sr. ODAIR JOSÉ NEVES SANTOS, doravante denominada **ORGÃO GERENCIADOR**, para atender as demandas da **Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - CAEMA, Proc. nº 163942/2017**, considerando o **PREGÃO Nº 000/2017 – POE/MA**, para REGISTRO DE PREÇOS, cujo resultado registrado na Ata da Sessão Pública realizada em ___ de _____ de _____ indica como vencedores as empresas:, e a respectiva homologação às fls. _____ do Processo nº 194691/2017 – CCL.

RESOLVE:

Registrar os preços dos produtos propostos pela(s) empresa(s) _____, inscrita no CNPJ: _____, localizada na _____, representada pelo Sr. _____, portador do RG: _____ e o CPF: _____, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançada, por item, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas estabelecidas na Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, na Lei Complementar 123/2006, na Lei nº 10.520, de 17 de Julho de 2002, na Lei Estadual nº 10.403, de 29 de dezembro de 2015 e no Decreto Estadual nº 31.553, de 16 de Março de 2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO



**ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNADORIA
COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CCL**

Parágrafo Primeiro - A presente Ata tem por objeto o **Registro de preços para Aquisição de Equipamentos de Recalque, Conjunto Motobomba Submersos**, para atender as demandas dos Órgãos Participantes, especificados no **Anexo I** do Edital do **PREGÃO Nº 000/2017 – POE/MA**, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelas licitantes vencedoras, conforme consta nos autos do processo nº 194691/2017 – CCL.

Parágrafo Segundo - Este instrumento não obriga a contratação, nem mesmo nas quantidades indicadas no **ANEXO ÚNICO** deste documento, podendo o ÓRGÃO PARTICIPANTE promover as aquisições de acordo com suas necessidades.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Parágrafo Primeiro - O gerenciamento deste instrumento caberá à **COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CCL**, através da Gerência de Registro de Preços - GRP, nos seus aspectos operacionais, consoante o que o artigo 28 do Decreto Estadual nº 31.553/2016.

Parágrafo Segundo – A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada para aquisições do respectivo objeto, por qualquer órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

Os preços registrados, as especificações dos produtos, os quantitativos, marcas, empresas beneficiárias e representante(s) legal(is) das empresa(s), encontram-se elencados no **ANEXO ÚNICO** da Ata de Registro de Preços .

CLÁUSULA QUINTA – DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE ENTREGA

Parágrafo Primeiro – A Contratada fica obrigada a fornecer os produtos nos endereços contidos na Ordem de Serviço emitida pelo Órgão Contratante

Parágrafo Segundo – O prazo para o início de fornecimento dos produtos será de acordo com a necessidade do Órgão participante, contados a partir do recebimento da “Ordem de Fornecimento” ou “Nota de Empenho”, de acordo com o Termo de Referência - **Anexo I do Edital**.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

A(s) empresa(s) detentora(s)/consignatária(s) desta Ata de Registro de Preços será convocada a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, no edital e legislação pertinente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA REVISÃO DE PREÇOS

Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.



ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNADORIA

COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CCL

CCL/MA

Folha: _____
Proc. nº 194691/2017
Rub: _____

Parágrafo Primeiro - Os preços registrados que sofrerem revisão, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

Parágrafo Segundo - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o ÓRGÃO GERENCIADOR solicitará ao(s) Fornecedor(es), mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

Parágrafo Primeiro - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

Parágrafo Segundo - Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

Parágrafo Terceiro - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, não podendo ainda, exceder na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA NONA – DO REGISTRO ADICIONAL DE PREÇOS

Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante vencedor;

Parágrafo Primeiro - Para registro adicional de preços dos demais licitantes será exigido a análise das documentações de habilitação;

Parágrafo Segundo - A apresentação de novas propostas não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante vencedor;

Parágrafo Terceiro - Além do preço do 1º (primeiro) colocado, serão registrados preços de outros fornecedores, desde que as ofertas sejam em valores iguais ao do licitante vencedor;

Parágrafo Quarto - O registro a que se refere o parágrafo terceiro, tem por objetivo o cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos arts. 18 do Dec. Estadual 31.553/2016, devendo ser registrados obedecendo a ordem prevista no art. 11, § 3, do referido Decreto Estadual;

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Parágrafo Primeiro - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, quando:

- a) O Fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b) Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;



ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNADORIA
COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CCL

- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.
- d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei 8.666/1993, ou no art. 7º da Lei 10.520/2002.
- e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo(s) ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S) ou pelo ÓRGÃO GERENCIADOR ou por fato surveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento da ata.

Parágrafo Segundo – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o(s) Fornecedor(es) será(ão) comunicado(s) formalmente, através de documento que será juntado ao processo administrativo da presente Ata, após sua ciência.

Parágrafo Terceiro – No caso de recusa do Fornecedor em dar ciência da decisão, a comunicação será feita através de publicação no Diário Oficial do Estado do Maranhão, considerando-se cancelado o preço registrado a partir dela.

Parágrafo Quarto – A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, facultando-se à este, neste caso, a aplicação das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA ONZE – DA PUBLICAÇÃO

O ÓRGÃO GERENCIADOR fará publicar a presente Ata no Diário Oficial do Estado, após sua assinatura, nos termos da Legislação vigente.

CLÁUSULA DOZE - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Parágrafo Primeiro - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo ou Apostilamento, a presente Ata de Registro de Preços, conforme o caso.

Parágrafo Segundo - Integra esta Ata, o Edital de **PREGÃO Nº 000/2017 – POE/MA** e seus anexos e as propostas das empresas registradas nesta Ata.

Parágrafo Terceiro - Poderá haver modificações nos locais da entrega dos materiais caso em que a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA.

Parágrafo Quarto - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, a Lei Complementar 123/2006, a Lei nº 10.520, de 17 de Julho de 2002 e o Decreto Estadual nº 31.553, de 16 de março de 2016.

CLÁUSULA TREZE - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca desta cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente, na presença de duas testemunhas.



CCL/MA
Folha: _____
Proc. nº 194691/2017
Rub: _____

**ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNADORIA
COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CCL**

São Luís, ____ de _____ de 2017.

Odair José Neves Santos
Presidente da CCL

Nome
EMPRESA

ANEXO ÚNICO

REF.: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº/2017

PREGÃO N.º 000/2017 - POE/MA

PROCESSO N.º 194691/2017 – CCL

VIGENCIA: 12 MESES

Este documento integra a Ata de Registro de Preços nº/2017, celebrada perante a COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CCL, tendo como partes a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão-CAEMA, Proc. nº 163942/2017 e as Empresas que tiveram seus preços registrados, em face à realização do Pregão 000/2017 – POE/MA.

OBJETO: Registro de preços para Aquisição de Equipamentos de Recalque, Conjunto Motobomba Submersos.

QUADRO 1 – DADOS DA EMPRESA BENEFICIÁRIA

EMPRESA:	
CNPJ:	Telefone / Fax:
Endereço:	E-mail:

QUADRO 2 – MATERIAL REGISTRADO

Nº	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	EMPRESA BENEFICIÁRIA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL REGISTRADO						



CCL/MA
Folha: _____
Proc. nº 194691/2017
Rub: _____

**ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNADORIA
COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CCL**

São Luís – MA, ____ de _____ de 2017.

Odair José Neves Santos
Presidente da CCL

Nome
EMPRESA

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP
PREGÃO Nº 115/2017 – POE/MA
ANEXO VII
MINUTA DO CONTRATO**

41 cm

CONTRATO Nº/2017
PROCESSO Nº 194691/2017 - CCL

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM
O ESTADO DO MARANHÃO, ATRAVÉS
DA E A
EMPRESA..... PARA
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE RECALQUE,
CONJUNTO MOTOBOMBA SUBMERSOS.

cm

O ESTADO DO MARANHÃO, através da, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, situada na, órgão da Administração Pública, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representado por seu titular,, RG nº, CPF nº, residente nesta Capital, e de outro, a empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, Inscrição Estadual nº, situada na, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por, RG nº, CPF nº, têm, entre si, ajustado o presente Contrato, decorrente da licitação na modalidade Pregão nº XXX/2017 – POE/MA e do Processo Administrativo nº 0194691/2017-CCL, com fundamento na Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555 de 08 de Agosto de 2000, do Decreto Estadual nº 31.553, de 16 de março de 2016, da Lei Complementar nº 123/2006, e suas alterações pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, aplicando subsidiariamente a Lei Federal

H
OS



**ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNADORIA
COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CCL**

nº 8.666/1993 e demais normas regulamentares pertinentes à espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente contrato tem por objeto **aquisição de Equipamentos de Recalque, Conjunto Motobomba Submersos**, em conformidade com as especificações técnicas e quantitativos do Termo de Referência e anexos (Anexo I, Anexo I-A, Anexo I-B e Anexo I-C) do Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº XXX/2017-POE/MA (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS) e da proposta apresentada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

Vinculam-se ao presente Contrato, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão Presencial nº XXX/2017 – POE/MA, a Ata de Registro de Preços nº/2017 e a Proposta de Preços da CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR TOTAL

O valor total estimado deste Contrato é de R\$..... (.....).

PARÁGRAFO ÚNICO – Os preços permanecerão irrevogáveis durante a vigência do presente Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:, conforme Nota de Empenho nº

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura e findará em XXXXXX, condicionada sua eficácia à publicação no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA SEXTA – AQUISIÇÃO DO OBJETO

A Solicitação do objeto ocorrerá por meio de “**Ordem de Fornecimento**”, a ser assinada pelo Ordenador de Despesas da **CONTRATANTE**, contendo as informações dos itens, quantidades, preços unitários e totais.

CLÁUSULA SÉTIMA – LOCAL DE ENTREGA E PRAZO DE ENTREGA

A entrega deverá ser realizada no Almoarifado da CAEMA, localizado na Avenida dos Franceses s/nº, bairro Sacavém, CEP 65.020-560, São Luís – MA.

PARÁGRAFO ÚNICO - O prazo de entrega será de até 30 (trinta) dias após o recebimento da Ordem para Fornecimento.

CLÁUSULA OITAVA – CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE E FORMA DE ENTREGA

A simples entrega do(s) objeto(s), não implica na sua aceitação definitiva, o que ocorrerá após a vistoria e comprovação da conformidade pelo órgão participante.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os produtos contendo baixa qualidade, em desarco com o edital e seus anexos, serão rejeitados pelo **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A entrega dos materiais relacionados do TERMO DE REFERÊNCIA se dará de acordo com a necessidade dessa instituição, de forma parcelada, dentro do prazo de vigência do contrato, mediante emissão de Ordem para Fornecimento.



**ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNADORIA**

COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CCL

CCL/MA

Folha: _____
Proc. nº 194691/2017
Rub: _____

PARÁGRAFO TERCEIRO - O material deverá ser entregue à CONTRATANTE, devidamente autorizado pelo FISCAL DO CONTRATO, mediante emissão da Ordem para Fornecimento, que deverá ser assinada em 02 (duas) vias.

PARÁGRAFO QUARTO - Dentre outras informações pertinentes ao contrato, a Ordem para Fornecimento deverá conter pelo menos as seguintes informações:

- a) Relação dos insumos a serem fornecidos;
- b) Quantidades a serem fornecidas;
- c) Data de emissão da Ordem de Fornecimento e do efetivo recebimento da mesma pela CONTRATADA;
- d) Data de fornecimento dos materiais

PARÁGRAFO QUINTO - O atesto de recebimento dos materiais, na Ordem de fornecimento, valerá como recebimento provisório dos mesmos.

PARÁGRAFO SEXTO - Quando da entrega dos materiais a CONTRATADA deverá, junto com o fiscal do contrato designado pela CONTRATANTE, verificar as condições dos materiais entregues e assinar, em campo próprio, na ordem para fornecimento, atestando que os materiais foram entregues em perfeitas condições.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Ressalvados vícios ocultos que só possam ser detectados quando do efetivo uso, os materiais rejeitados no recebimento provisório, devem ser devolvidos e substituídos por outros, sem ônus para a CONTRATANTE.

PARÁGRAFO OITAVO - Os materiais, que têm características singulares, e que exigem, por sua natureza, garantia fornecida pelo fabricante, terão o início da contagem de sua garantia a partir da efetiva entrega do produto.

PARÁGRAFO NONO - A Ordem para Fornecimento sempre será assinada pelo Fiscal do Contrato e por representante da CONTRATADA, designado para tal função, permanecendo uma via com cada parte, de forma a integrar o relatório mensal dos materiais fornecidos no período.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Deverá ser emitida mensalmente pela CONTRATADA, planilha de controle contendo a totalização dos itens e quantidades, baseadas nas Ordens para Fornecimento de Materiais emitidas no período, para conferência da CONTRATANTE e autorização da emissão da Nota Fiscal de Faturamento

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA

O prazo de garantia dos materiais não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - garantia do mancal axial (escora) deverá ser de 8800 horas, a partir da data em que o equipamento entrar em operação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Durante o prazo de garantia dos materiais, a CONTRATADA fica obrigada a substituir o material defeituoso no prazo máximo de 05 (cinco) dia úteis, da ciência do defeito pela CONTRATADA;

CLÁUSULA DÉCIMA– DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da **CONTRATADA**:

- a) Entregar o objeto licitado, conforme especificações do Edital e em consonância com a proposta de preços;



ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNADORIA
COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CCL

- b) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- c) Substituir os produtos reprovados no recebimento provisório, por estarem em desacordo com as especificações técnicas exigidas, no prazo de até 15 (quinze) dias consecutivos, contados a partir da respectiva Notificação, responsabilizando-se solidariamente com os fornecedores dos produtos (fabricante, produtor ou importador) pelos vícios de qualidade e/ou quantidade que os torne irrecuperáveis, impróprios ou inadequados à utilização a que se destinam;
- d) Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;
- e) Apresentar a CONTRATANTE, o nome do Banco, Agência e o número da conta bancária, para efeito de crédito de pagamento das obrigações;
- f) Assumir total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus funcionários venham a causar ao patrimônio da contratante ou a terceiros quando da execução do contrato;
- g) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo GESTOR DO CONTRATO, atendendo de imediato as reclamações;
- h) Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- i) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- j) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da **CONTRATANTE**:

- a) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela CONTRATADA;
- b) Receber os produtos adjudicados, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas no Edital;
- c) Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos que a contratada entregar fora das especificações do Edital;
- d) Comunicar à contratada após apresentação da Nota Fiscal, o aceite do servidor responsável pelo recebimento dos produtos adquiridos;
- e) Fiscalizar a execução do contrato, aplicando as sanções cabíveis, quando for o caso;
- f) Efetuar o pagamento da contratada no prazo determinado no Edital e em seus anexos, inclusive, no contrato;
- g) Notificar, por escrito à CONTRATADA, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do objeto, fixando prazo para a sua correção;
- h) Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a execução do fornecimento.



**ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNADORIA
COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CCL**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES CONTRATUAIS

Se a licitante vencedora, injustificadamente, recusar-se a retirar a Nota de Empenho ou a assinar o instrumento contratual, a sessão poderá ser retomada e as demais licitantes chamadas na ordem crescente de preços para negociação, sujeitando-se o proponente desistente às seguintes penalidades:

a) impedimento de licitar e contratar com o Estado do Maranhão, pelo prazo de até **05 (cinco)** anos;

b) multa de **20% (vinte por cento)** do valor global da proposta, devidamente atualizada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O atraso injustificado na prestação dos serviços ou entrega dos materiais sujeitará a Contratada à aplicação das seguintes multas de mora:

a) **0,33% (trinta e três centésimos por cento)** ao dia, incidente sobre o valor da parcela do objeto em atraso, desde o segundo até o trigésimo dia;

b) **0,66% (sessenta e seis centésimos por cento)** ao dia, incidente sobre o valor da parcela em atraso, a partir do trigésimo primeiro dia, não podendo ultrapassar **20% (vinte por cento)** do valor do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Além das multas aludidas no item anterior, a Contratante poderá aplicar as seguintes sanções à Contratada, garantida a prévia e ampla defesa, nas hipóteses de inexecução total ou parcial do Contrato:

a) advertência escrita;

b) multa de **10% (dez por cento)** sobre o valor total do Contrato;

c) impedimento para participar de licitação e assinar contratos com o Estado pelo prazo de até **05 (cinco) anos** e descredenciamento do Sistema de Gerenciamento de Licitações e Contratos – SGC por igual prazo.

d) declaração de inidoneidade para participar de licitação e assinar contratos com a Administração Pública, pelo prazo de até **02 (dois) anos** ou até que o contratado cumpra as condições de reabilitação;

PARÁGRAFO TERCEIRO - As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” poderão ser aplicadas conjuntamente com a prevista na alínea “b”.

PARÁGRAFO QUARTO - Caberá ao Fiscal do Contrato, designado pela CONTRATANTE propor a aplicação das penalidades previstas, mediante relatório circunstanciado, apresentando provas que justifiquem a proposição.

PARÁGRAFO QUINTO - A Contratada estará sujeita à aplicação de sanções administrativas, dentre outras hipóteses legais, quando:

a) prestar os serviços ou entregar os materiais em desconformidade com o especificado e aceito;

b) não substituir, no prazo estipulado, o material recusado pela contratante;

c) descumprir os prazos e condições previstas neste Pregão.

PARÁGRAFO SEXTO - As multas deverão ser recolhidas no prazo de **15 (quinze) dias consecutivos** contados da data da notificação, em conta bancária a ser informada pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O valor da multa poderá ser descontado dos pagamentos ou cobrado diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente.



**ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNADORIA
COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CCL**

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE** no prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados a partir da efetiva entrega dos produtos e/ou prestação serviços, com aceitação, mediante apresentação de Nota Fiscal, devidamente atestada, assinada e datada por quem de direito;

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O Contratado deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação, devendo esta demonstrar por meio da seguinte documentação:

- a) Certidão Negativa de débito, dívida ativa da União e Previdenciária;
- b) Certidão Regularidade do FGTS - CRF;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista - CNDT;
- d) Certidão Negativa da CAEMA, caso a empresa seja do Estado do Maranhão;
- e) Outros que sejam necessários para a realização do certame.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A Nota Fiscal que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA para retificação e reapresentação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FISCAL DO CONTRATO

A **CONTRATANTE** designará um **FISCAL DE CONTRATO**, o qual promoverá o acompanhamento do fornecimento dos produtos e a fiscalização do contrato, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à **CONTRATADA** as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DA CONSULTA AO CEI

A realização de pagamentos e dos eventuais aditamentos a este Contrato feitos em favor da CONTRATADA ficam condicionados à consulta prévia pelo CONTRATANTE ao Cadastro Estadual de Inadimplentes - CEI para verificação da situação da CONTRATADA em relação às obrigações pecuniárias e não pagas, consoante determina o art. 6º da Lei Estadual nº 6.690, de 11 de julho de 1996.

PARÁGRAFO ÚNICO – Constatada a existência de registro da CONTRATADA no CEI, o CONTRATANTE não realizará os atos previstos nesta Cláusula, por força do disposto no art. 7º da Lei Estadual nº 6.690, de 11 de julho de 1996.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato, de acordo com o constante no art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto deste Contrato, no todo ou em parte, sob pena de imediata rescisão e aplicação das sanções administrativas cabíveis.



**ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNADORIA
COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CCL**

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA INEXECUÇÃO CONTRATUAL

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, nos termos do art. 77 da Lei nº. 8.666/1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA RESCISÃO

Constituem motivos ensejadores da rescisão do presente Contrato, os enumerados no artigo 78, da Lei Federal nº 8.666/93, e ocorrerá nos termos do art. 79, do mesmo diploma legal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS COMUNICAÇÕES

Qualquer comunicação entre as partes a respeito do presente Contrato, só produzirá efeitos legais se processada por escrito, mediante protocolo ou outro meio de registro, que comprove a sua efetivação, não sendo consideradas comunicações verbais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA HABILITAÇÃO

A CONTRATADA terá que manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente Contrato será publicado pelo CONTRATANTE no Diário Oficial do Estado, obedecendo ao disposto no art. 61, parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93, sendo a publicação condição indispensável à sua eficácia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Estadual da Comarca de São Luís/MA, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato, em ____ (____) vias de igual teor e forma, para um só efeito, perante 02 (duas) testemunhas que também os subscrevem.

São Luís, XX de xxxxxxxx de 2017.

CONTRATANTE

CONTRATADA



CCL/MA
Folha: _____
Proc. nº 194691/2017
Rub: _____

**ESTADO DO MARANHÃO
GOVERNADORIA
COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CCL**

TESTEMUNHAS:

RG N°
CPF N°

RG N°
CPF N°